



Bunkyo Empresarial

Editado pela Comissão de Relações Empresariais

Nº 8 Julho 2017

APRESENTAÇÃO

O Boletim Empresarial na edição Nº 8 apresenta a entrevista com o ex-ministro Shigeaki Ueki e quatro textos. O primeiro texto “Notas Diversas” compõe-se de variados assuntos econômico, social, agricultura e meio ambiente. O segundo “Infraestrutura, Comércio Exterior e Desenvolvimento” mostra a importância do investimento na infraestrutura do país. O terceiro texto “Arroz com Feijão” apresenta as principais ideias dos especialistas da relação entre a inflação e taxa de juros. “Empreendedor”, o quarto texto, define o que é ser empreendedor e o quinto texto “Assistência a Saúde dos Imigrantes” relata a criação das instituições de assistência à saúde dos imigrantes japoneses e atualmente em que direção deverá focar o atendimento.

ENTREVISTA – A entrevista do ex-ministro Shigeaki Ueki completa o trio dos ministros que nos últimos cinquenta anos foram e continuam os mais conhecidos e respeitados no Japão por terem contribuído para o desenvolvimento da duradoura relação econômica e social com o Brasil. O ex-ministro Shigeaki Ueki relata a sua participação e o trabalho realizado no governo federal. Conta como foi ser brasileiro descendente de japoneses representando o Brasil nas missões japonesas. E a sua preocupação no Brasil em não fracassar para com os brasileiros descendentes japoneses. Finaliza a entrevista com a sua perspectiva quanto ao futuro do Brasil. A entrevista do prof. Delfim Netto foi publicada no “Boletim Empresarial” nº 2 e do ex ministro Roberto Rodrigues no nº 7. [pág. 2](#)

NOTAS DIVERSAS - São treze textos sintéticos do Akihiro Ikeda que abordam variados temas: Previsão de crescimento econômico na Ásia; O problema da obesidade; Manufaturados: da substituição de importação à exportação; Algumas lições da economia japonesa; Entraves ao desenvolvimento econômico; Produção de leite: aumento da produtividade e queda de preço; População mundial e desenvolvimento; Sexta feira mais amena para trabalhadores do Japão; CNI, KEIDANREN e a economia brasileira; Pesquisa confirma propriedades de própolis orgânica; Polinização de plantas em perigo; Óleo de palma e A China e a poluição. [pág.5](#)

INFRAESTRUTURA, COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO - Akihiro Ikeda resenha a pesquisa realizada por Normaz Wana Ismail e Jamilah Mohd Mahyideen sobre o impacto da infraestrutura no comércio exterior e desenvolvimento econômico nos dez países da Ásia: China, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Vietnã, Cingapura, Hong Kong e Coréia. No final do texto o quadro ilustra a qualidade da infraestrutura comparando a posição do Brasil com os países asiáticos. [pág.18](#)

ARROZ COM FEIJÃO – A autora do texto Patricia Stefani apresenta estudo teórico das principais ideias de reconhecidos autores sobre a relação entre a inflação e a taxa de juros. Resenha o estudo árido para a compreensão dos não especialistas. Analisa a situação atual do Brasil e a necessidade em atacar as causas do desequilíbrio econômico, já há tempo reconhecidas. [pág.20](#)

EMPREENDEDOR – O texto do Paulo Hirai define o que é ser empreendedor. Comenta por que a sociedade deve incentivar o surgimento do novo empreendedor e como este deve obter o sucesso no seu empreendimento. Refere a dificuldade do empreendedor numa sociedade uniforme como a japonesa enquanto a sociedade pluralista como a americana incentiva a geração de novos empreendimentos. [pág.29](#)

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS IMIGRANTES - Milton M. Osaki relata a criação da assistência à saúde pela necessidade em atender os imigrantes japoneses que aqui se depararam com as doenças tropicais até então desconhecidas por eles. Em seguida a assistência evoluiu para o atendimento médico hospitalar como o Hospital Santa Cruz em São Paulo que na ocasião da 2ª guerra mundial sofreu intervenção do governo que só terminaria em 1989. Atualmente temos além do Hospital Santa Cruz, o Hospital Nipo-Brasileira mantido e administrado pela Beneficência Nipo Brasileira de SP (Enkyo), Hospital São Miguel Arcanjo em São Miguel Arcanjo (SP), Assistência Mútua à Saúde SBC – Hospital SBC, Beneficência Nipo Brasileira – BENAMA que mantém o Hospital da Amazônia em Belém (PA), Hospital de Quatro-Bocas em Tomé Açu (PA) e o Centro de Reabilitação Social em Ananindeua (PA). Atualmente, a atenção da assistência se dirige ao atendimento as necessidades da 3ª idade. Os atendimentos dessas instituições às pessoas nikkeis somam apenas 15% pois a maioria se refere à comunidade brasileira. [pág.31](#)



ENTREVISTA

ENTREVISTA COM O EX-MINISTRO SHIGEAKI UEKI

1 - BUNKYO EMPRESARIAL: O que o senhor acha do “Bunkyo Empresarial”?

DR. SHIGEAKI UEKI: “Bunkyo Empresarial” está de parabéns. As entrevistas dos Ministros Delfim Neto e Roberto Rodrigues esclarecem e informam o quanto é denso e mutuamente benéfico, o relacionamento entre o Brasil e o Japão. No último número 7, o artigo sobre a reforma previdenciária da Dra. Patricia Stefani é de altíssimo nível. Lamentavelmente, os nossos legisladores discutem a matéria sem o mínimo conhecimento. Gostei muito também do artigo “O Termômetro Polonês”. Recentemente estive em Varsóvia e visitei vários museus. Com a leitura desse artigo, acho que completei o primeiro nível de conhecimento sobre a Polônia e a sua importância estratégica para o futuro da Europa. O artigo do Prof. Ikeda sobre o alumínio na Amazônia é um registro fiel sobre um importante empreendimento.

2 - BUNKYO EMPRESARIAL: Qual foi a sua contribuição para um melhor relacionamento entre o Brasil e o Japão?

UEKI: A minha colaboração foi muito modesta. Os ex-Ministros Delfim Neto e Roberto Rodrigues foram figuras centrais nos últimos cinquenta anos. Ambos têm ainda muito a contribuir. No meu caso, em vez de contribuir, fui beneficiário do bom relacionamento. Aprendi muito também com empresários japoneses nas décadas de 50 e 60. Recém-formado em direito, fui contratado pelo Sr. Katsuzo Yamamoto como consultor e, nessa condição, representei a Câmara junto às entidades brasileiras de comércio e indústria. Participei, em 1965, como secretário da Câmara, da primeira missão comercial do Brasil ao Japão, que foi presidida

pelo General Macedo Soares. Participaram da missão, além das autoridades oficiais, importantes empresários como José Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau Johannpeter, Mario Amato, entre outros.

3 - BUNKYO EMPRESARIAL: Quantos anos o senhor participou do governo federal?

UEKI: Quase vinte anos. No Governo Castelo Branco, fui assessor do Ministro da Indústria e Comércio Paulo Egydio Martins. No Governo Costa e Silva, por um curto período, fui consultor da Organização dos Estados Americanos – OEA, em Washington. Fui Diretor Comercial e Financeiro da Petrobrás no Governo Médici, Ministro das Minas e Energia no Governo Geisel e, finalmente, Presidente da Petrobrás no Governo Figueiredo. O Presidente Geisel convidou-me para ser Ministro da Indústria e Comércio mas, às vésperas da posse, confiou-me o cargo de Ministro das Minas e Energia, por causa da primeira grande crise do petróleo em 1973/74. O Presidente Figueiredo também convidou-me para ser seu Ministro da Indústria e Comércio mas, por causa da segunda crise do petróleo, em 1979/80, convidou-me para ser o primeiro civil a ocupar o cargo de presidente da Petrobrás. Como não estava nos meus planos permanecer por muito tempo em funções públicas, pedi ao Presidente Figueiredo que, caso conseguisse triplicar a produção nacional de petróleo, ele me liberaria para voltar para a iniciativa privada. Cumprida a missão, ele me liberou mas, como forma de gratidão, ofereceu-me o cargo de Embaixador do Brasil em Tokyo, Viena ou Bruxelas. No caso de Viena e Tokyo eu poderia assumir de imediato, mas resolvi aceitar o de Bruxelas, apesar das formalidades, que exigiam a concordância de todos os países membros. Depois de conseguida a concordância, fui submetido a uma sabatina onde obtive onze votos favoráveis e um voto contra. Antes que a nomeação fosse submetida ao plenário, onde certamente seria aprovada, resolvi renunciar e voltar para o setor privado. Não aceitei a embaixada de Tokyo, porque muitos países da América Latina indicavam filhos de japoneses com o objetivo de obter auxílio, principalmente de natureza financeira. Achei que esse enfoque, com o qual não concordava, seria um demérito para o nosso país. O ministro das relações exteriores da época, Embaixador Saraiva Guerreiro, concordou com a minha posição. Bem mais tarde, o primeiro embaixador de origem japonesa, o saudoso Embaixador Fujita, foi nosso brilhante representante na Coreia do Sul. Foi, na minha opinião, uma decisão correta do Itamaraty ao não indicá-lo para Tokyo.

4 - BUNKYO EMPRESARIAL: Como autoridade brasileira de origem japonesa, não teria sido mais fácil ter contribuído mais?

UEKI: Acho que não. A maioria dos japoneses me consideraria meio brasileiro e meio japonês. Pior do que isso, meio-japonês da classe mais baixa. Obviamente, há exceções. Em missões oficiais nunca usei a língua japonesa e fiz questão de ter como intérprete o Dr. Elias Antunes, que é de origem não japonesa. Com essa atitude creio que não houve e não há japonês que não me considerasse brasileiro. O saudoso Fábio Yassuda comentou várias vezes que era muito mais respeitado no Japão por não falar a língua japonesa. Recentemente, as grandes empresas japonesas, começaram a mudar isso. Acho que os “decasségus brasileiros” entendem e concordam com essa afirmação.

5 - BUNKYO EMPRESARIAL: Alguns da comunidade japonesa consideraram que o poder subiu na cabeça do senhor e desprezou até a cidade de Bastos, fundada pelos japoneses, onde o senhor nasceu. É verdade?

UEKI: Meia-verdade. Durante os cinco anos como diretor comercial e financeiro da Petrobrás não tive tempo para nada. Era uma função relevante em termos nacionais, mas bem menos acentuada em São Paulo. Nomeado Ministro de Energia em plena crise, resolvi visitar oficialmente todos os estados, deixando o Estado de São Paulo por último. Explico. O saudoso Dr. Fábio Yassuda, nomeado Ministro da Indústria e Comércio, fazia questão de passar os fins de semana em São Paulo. Acho que, pessoalmente, ele se sentia mais confortável. Uma ocasião, um influente político do nordeste observou que o Ministro Yassuda era tímido. Ora, ele era tudo, menos tímido. Em resumo, Dr. Fábio Yassuda era um ministro diferente. Como diretor da Petrobrás eu era muito conhecido no Rio de Janeiro e Bahia, mas pouco nos demais estados. Logo no início do Governo Geisel, quando eu era Ministro de Minas e Energia, houve uma grande enchente em Santa Catarina e fui designado pelo Presidente para prestar assistência. Passei vários dias lá e, junto com o governador, não somente visitamos as áreas afetadas mas, pessoalmente, tomei várias providências, desde reativar com urgência a termoelétrica Jorge Lacerda e até conseguir vacinas do Instituto Butantã para as vítimas de mordidas de cobras. Na época, as ligações telefônicas eram muito

precárias mas, usando a rede privada da Petrobrás, solicitei, na frente dos jornalistas, diretamente ao Governador Franco Montoro, de quem fui aluno, a remessa de vacinas com a máxima urgência. Chegaram no mesmo dia, permitindo ajuda imediata a várias vítimas. Assim foi também no Pará, para retomar as obras da Usina Curua-Una de Santarém e, no Amapá, com a Usina de Paredão cujas obras começaram no Governo Juscelino Kubitschek e ainda não estava em operação. Fiz questão de conhecer todas as obras em andamento no âmbito do ministério e determinei que fossem concluídas antes de iniciar qualquer outra. Assim, antes de visitar São Paulo e especificamente Bastos, fiz questão de ir a todos os cantos do Brasil. Em 1968, convidei o então Embaixador Yoshida, do Japão, a voltar de Bastos para Brasília no avião do Ministério. Depois de 30 anos, eu e o Dr. Kazuo Watanabe fomos buscar o Embaixador Shimanouchi para leva-lo a Bastos. Podem falar o que quiser sobre mim, mas se falarem que sou mau bastense, eu brigo.

6 - BUNKYO EMPRESARIAL: Essa preocupação em criar a imagem de brasileiro não foi excessiva?

UEKI: Acho que não. Os brasileiros de origem asiática fazem parte integrante do cenário social e político de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. No restante do Brasil, não. Antes de aceitar convites para palestras em São Paulo, fui para todos os estados da federação. Acho que consegui, uma vez que, mais tarde assumi a presidência da Petrobrás, que é um cargo da maior expressão nacionalista, a ponto da lei não permitir que um brasileiro ou brasileira com cônjuge não brasileiro assumam o cargo. Pode parecer demagogia, mas sempre exerci esses cargos com a preocupação de que, se fracassasse, iria afetar o conceito de todos os brasileiros de origem japonesa. Hoje, a integração é completa e inquestionável. Depois do Brigadeiro Saito, o caminho para a Presidência da República está aberto.

7 - BUNKYO EMPRESARIAL: O senhor ficou conhecido como nacionalista e estatizante. Concorde?

UEKI: Sim e não. Considero-me nacionalista. Nenhum país conseguiu progresso sem nacionalismo. Tem que ser nacionalista racional e não emocional. O Governo Getúlio Vargas foi, os governos militares também foram e conseguiram desenvolvimento ao ritmo chinês de hoje. Não quero comentar sobre os demais governos.

8 - BUNKYO EMPRESARIAL: Estatizante?

UEKI: Para implantação de infraestrutura e indústrias básicas para países pouco capitalizados como o Brasil, o Estado tem que criar as suas empresas em conjunto com o setor privado. A Petrobrás, a Eletrobrás e outras, foram criadas como sociedades anônimas, como também foram a BP, TOTAL, ENI, etc. As primeiras grandes empresas, mesmo no Japão, foram estatais e depois privatizadas. Apesar de ser defensor quase intransigente da Petrobrás, a partir de 1994 venho defendendo a sua privatização que, se tivesse sido feita, teria evitado o grande escândalo que, atualmente, envergonha a todos nós brasileiros. Considero-me pragmático.

9 - BUNKYO EMPRESARIAL: Como o senhor vislumbra o futuro do Brasil?

UEKI: Com grande preocupação. Precisamos de um rearmamento moral. A “Lava Jato” faz parte de um processo positivo de grande importância. Há um nítido, acentuado e injusto privilégio dos funcionários públicos ativos e inativos, em comparação com os do setor privado. É escandaloso. Há falta de segurança pública e privada. A legislação trabalhista brasileira é a grande causadora do desemprego e do subdesenvolvimento. Os números que o Prof. Ikeda tem compilado sobre o nosso país são altamente preocupantes. Em termos de competitividade o nosso país está melhor apenas que a Mongólia e a Venezuela e, em corrupção, está somente na frente da Venezuela. Não era assim no passado. Temos piorado muito ultimamente, estamos em plena decadência. Acho que temos que reagir. Nosso país é o quinto em extensão territorial e em população e um dos três maiores em áreas territoriais economicamente aproveitáveis. Não temos conflitos religiosos e raciais. Temos todas as condições para sermos um país desenvolvido. Tenho certeza que seremos.



NOTAS DIVERSAS

1. Previsão de crescimento econômico na Ásia

Asian Development Bank acaba de divulgar as perspectivas de crescimento para 2017 e 2018 (Asian Development Outlook 2017). Em se tratando de projeções, não somente são incertas, mas costumam repetir aproximadamente o que tem ocorrido nos anos recentes, supondo que os fatores do crescimento mantenham-se mais ou menos constantes. Como tem sido uma das regiões mais dinâmicas, que compreende quase a metade da população mundial é importante acompanhar. A tabela 1 mostra o desempenho dos últimos 3 anos e as previsões para 2017 e 2018. É elevada a probabilidade dessa área prosseguir com crescimento relativamente alto e inflação sob controle.

Tabela 1. Ásia - conjunto dos países em desenvolvimento (% ao ano)

	2014	2015	2016	2017*	2018*
PIB real	6,3	6,0	5,8	5,7	5,7
Inflação	3,0	2,2	2,5	3,0	3,7

* previsão

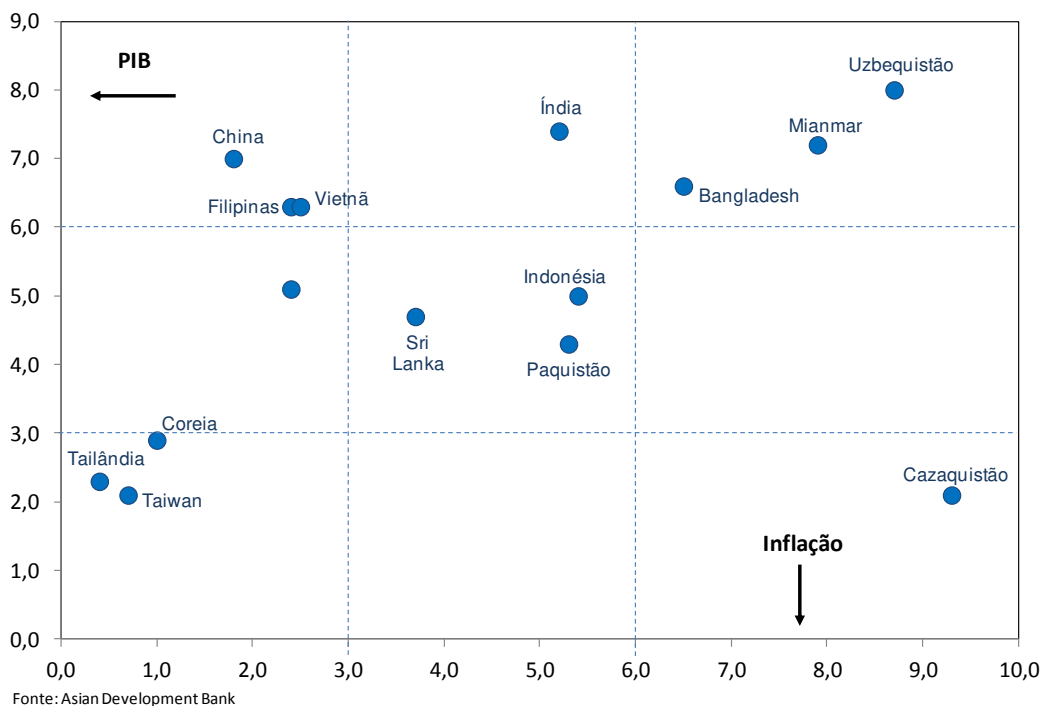
Tabela 2. Crescimento do PIB real (% ao ano)

	2014	2015	2016	2017*	2018*
Cazaquistão	4,2	1,2	1,0	2,4	2,2
Uzbequistão	8,1	8,0	7,8	7,0	7,3
China	7,3	6,9	6,7	6,5	6,2
Coreia	3,3	2,6	2,7	2,5	2,7
Taiwan	4,0	0,7	1,5	1,8	2,2
Bangladesh	6,1	6,6	7,1	6,9	6,9
Índia	7,2	7,9	7,1	6,9	6,9
Paquistão	4,1	4,0	4,7	5,2	5,5
Sri Lanka	5,0	4,8	4,4	5,0	5,0
Indonésia	5,0	4,9	5,0	5,1	5,3
Malásia	6,0	5,0	4,2	4,4	4,6
Mianmar	8,0	7,3	6,4	7,7	8,0
Filipinas	6,2	5,9	6,8	6,4	6,6
Tailândia	0,9	2,9	3,2	3,5	3,6
Vietnã	6,0	6,7	6,2	6,5	6,7

* previsão

Tomando-se o desempenho dos últimos três anos (2014/5/6) do produto real e da inflação desses países temos o gráfico abaixo em médias anuais, dividido arbitrariamente de 3 em 3 pontos percentuais nas duas variáveis. Não há associação positiva entre crescimento e inflação. Tailândia, Taiwan e Coreia tiveram crescimento modesto com inflação baixa. Mas Coreia e Taiwan são economias desenvolvidas. China, Filipinas e Vietnã crescimento robusto e inflação baixa. O pior desempenho nesse período foi o do Cazaquistão, crescimento modesto e inflação alta.

Gráfico 1: Ásia - Crescimento do PIB real e inflação (taxas médias de 2014/14/16, %)



2. O problema da obesidade

O aumento da proporção de pessoas obesas na população adulta é preocupante. A obesidade não é uma doença em si. A principal razão dessa preocupação é que, segundo pesquisas, a taxa de mortalidade dos obesos é superior a dos não obesos. A obesidade é definida pelo índice de massa corporal, IMC, (peso em kg/altura em metros ao quadrado). Uma pessoa é considerada obesa se seu IMC for igual ou superior a 30. Por exemplo, um adulto com 1,70m de altura será considerado obeso se seu peso for de 86,7 kg ou mais. Constitui acúmulo exagerado de gordura corporal podendo causar ou agravar a hipertensão e o diabetes do tipo 2. Conceitualmente, existe uma diferença entre a pessoa obesa e a pessoa gorda. A pessoa é considerada gorda se o índice de massa corporal for entre 25 e 30.

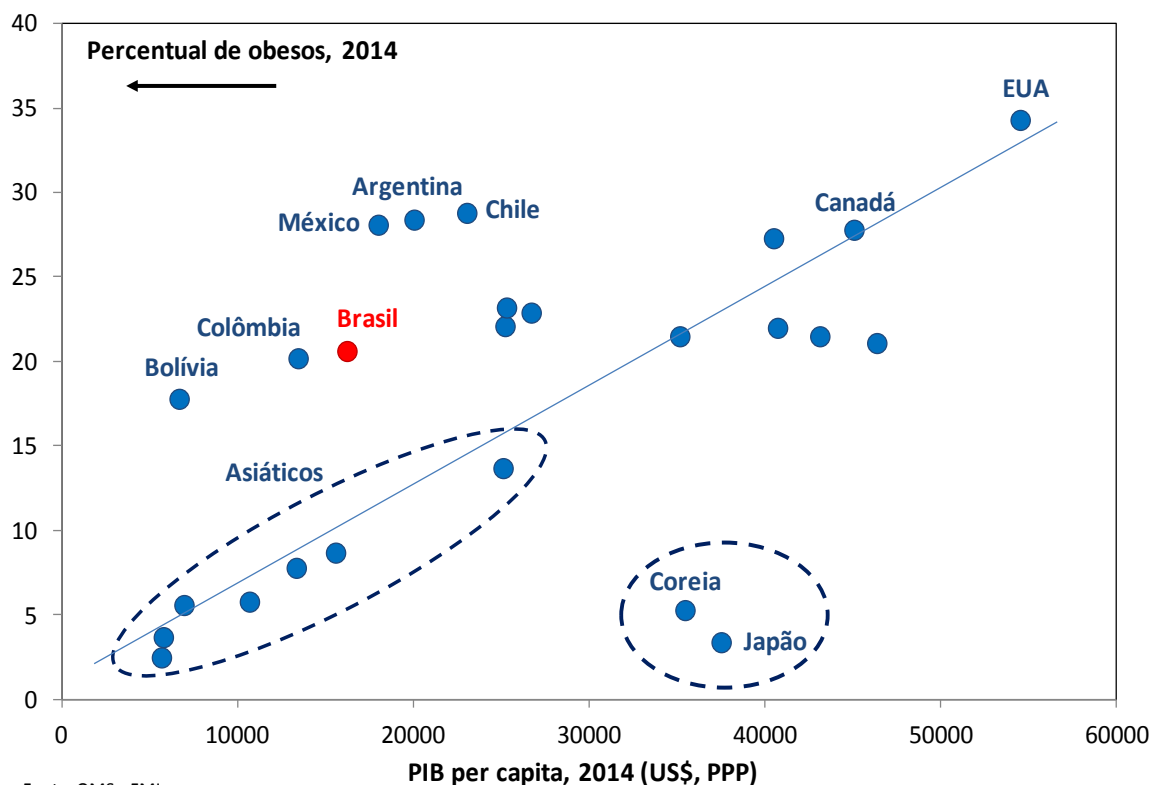
Alguns fatos:

i. Nos últimos 30 anos, período que compreende aproximadamente uma geração, a obesidade aumentou em todos os países. Numa amostra de 26 países dos mais conhecidos, de diferentes níveis de desenvolvimento econômico (com exclusão de países muito pobres com alimentos escassos), a média aritmética do percentual de obesos na população acima de 18 anos era de 8,2 em 1984, passando para 18,2 em 2014. A dispersão relativa em torno da média (coeficiente de variação) reduziu-se de 0,7 para 0,5.

ii. Em 1984, em todos os países, o percentual de obesos era maior nas mulheres; em 2014 em 5 dos 26 países, o percentual de obesos passou a ser maior entre os homens;

iii. O percentual é mais alto nos países relativamente mais desenvolvidos do que nos menos desenvolvidos, com algumas exceções como indica o gráfico. Médicos e nutricionistas costumam citar entre as causas da obesidade a alimentação pouco saudável, a deficiência de exercícios e o conforto e bem estar que o desenvolvimento econômico propicia. A cultura do país tem também um papel importante.

Percentagem de Obesos e PIB per capita



i. Japão e Coreia, países com elevado nível de desenvolvimento, tem percentuais bastante reduzidos. Para conhecer o padrão dos demais países da Ásia é preciso aguardar o comportamento dos próximos anos. Os percentuais do Brasil e de outros países da América Latina encontram-se um pouco acima da tendência mundial.

ii. Com referência ao Japão, o jornalista Jairo Bouer, (O Estado de São Paulo de 12 de março) faz menção a duas leis que cuidam do assunto: I) a que traz informações para os estudantes sobre a cadeia alimentar, origem dos alimentos e educação nutricional, desde o ensino fundamental até o fim do médio, determinando um cardápio mais saudável nas escolas, e II) a que estimula adultos de 40 a 75 anos a medir sua circunferência abdominal, uma informação considerada mais significativa para a saúde do que o índice de massa corporal. Medidas acima de 94 cm para homens e de 80 cm para mulheres indicam maiores riscos de diabete e doenças cardiovasculares. O jornalista cita ainda o papel da cultura local sobre o estado geral da saúde, ao dar preferência a alimentos naturais, frescos, com muitos vegetais.

Pessoas obesas em relação à população (acima de 18 anos, %)

	1984	2014
Alemanha	10,2	21,1
Argentina	14,9	28,4
Bélgica	11,7	21,5
Bolívia	7,0	17,8
Brasil	8,3	20,6
Canadá	12,4	27,8
Chile	13,9	28,8
China	0,9	7,8
Colômbia	8,6	20,2
Coreia	0,9	5,3
EUA	15,6	34,3
Filipinas	1,4	5,6
França	11,1	22,0
Hungria	15,7	22,1
Índia	0,7	3,7
Indonésia	0,8	5,8
Itália	11,1	21,5
Japão	1,4	3,4
Malásia	2,4	13,7
México	13,2	28,1
Polônia	14,7	23,2
Reino Unido	11,4	27,3
Rússia	10,9	22,9
Tailândia	1,5	8,7
Vietnã	0,3	2,5
<i>Média</i>	8,0	17,8
<i>Coefficiente de Variação</i>	0,7	0,5

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS)

3. Manufaturados: da substituição de importação à exportação

V. K. Ramaswami é especializado em comércio internacional. Um de seus artigos (“Optimal Policies to Promote Industrialization in Less Developed Countries”, in Trade and Development, editado por Jagdish N. Bhagwati, Harry G. Johnson e T. N. Srinivasan, Goerge Allen&Unwin, 1971) discute as políticas de “second best” em relação às distorções que ocorrem nos países em desenvolvimento em períodos de expansão industrial: (a) indústria nascente, (b) dificuldade de financiamento para o treinamento da mão de obra em virtude da precariedade do mercado de capitais, (c) diferencial de salários entre a agricultura e a manufatura, (d) questão da economia de escala e, (e) presença de objetivos não econômicos.

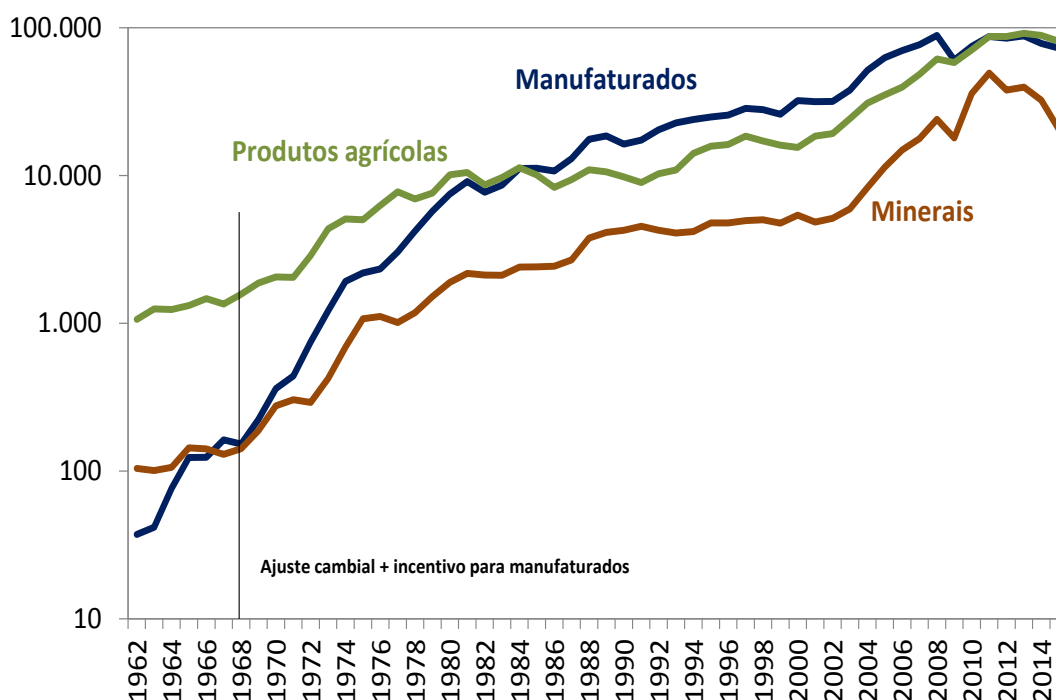
Não se pretende comentar todas essas questões. Porém, a parte inicial do artigo contém uma síntese dos problemas presentes nos países atrasados que adotaram a política industrial de substituição de importações. Diz Ramaswami: “Muitos países menos desenvolvidos estão desiludidos com a industrialização de substituições de importações induzida por tarifas de importação e controles. Elevadas taxas de crescimento industrial podem ser asseguradas, sem tensão sobre o balanço de pagamentos, nos primeiros estágios quando bens de consumo são produzidos. No entanto, quando se inicia a substituição de bens de capital e produtos intermediários o efeito sobre o balanço de pagamento torna-se adverso. O montante de importação desses bens aumenta. Exportações de produtos primários não podem se expandir numa velocidade suficiente para atender à necessidade de importação porque a demanda mundial por eles cresce menos do que por manufaturados. As tensões do balanço de pagamentos se agravam e a taxa de crescimento econômico declina com a capacidade industrial instalada podendo ser apenas parcialmente utilizada. Esses países concluíram que devem expandir de maneira constante, à medida que se industrializam a exportação de manufaturados, explorando a vantagem comparativa em diversos bens processados que decorre da disponibilidade de mão obra relativamente barata” (tradução pessoal).

Essa situação vinha ocorrendo no Brasil na primeira metade da década dos anos sessentas com o esgotamento da fase intensa da substituição de importações, após um período áureo na década anterior.

Além da instabilidade política, o país enfrentava dificuldades cambiais e aumentos contínuos de inflação. Na segunda metade dos anos sessentas, a partir de uma série de reformas estruturais, a política monetária austera começava a produzir seus efeitos sobre a inflação, porém, com crescimento reduzido.

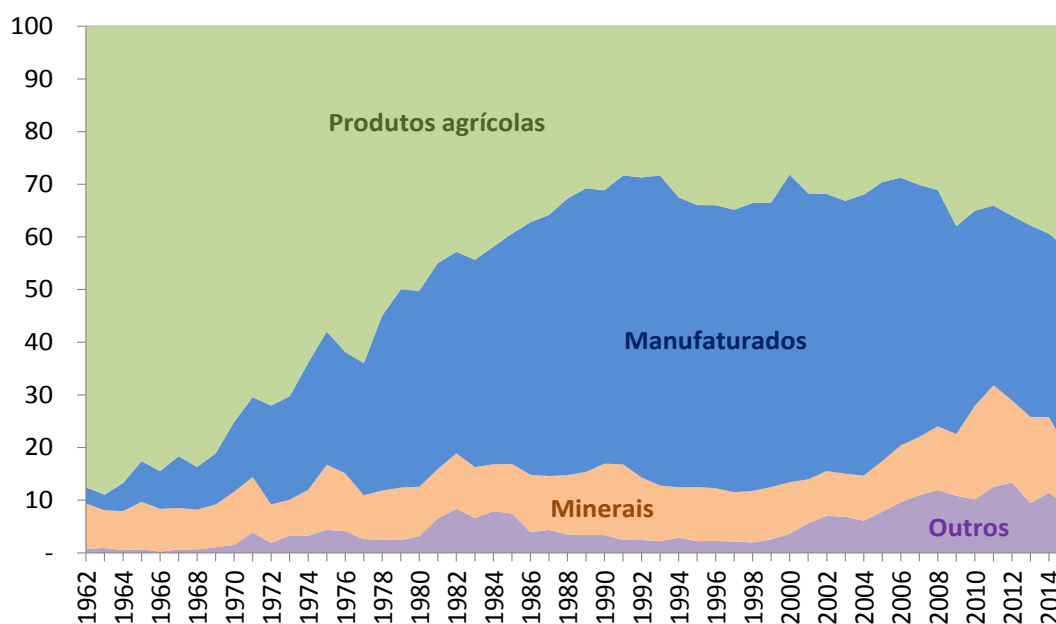
A confirmação de uma mudança fundamental da política industrial e comercial foi a instituição das minidesvalorizações cambiais em 1968 com o objetivo de manter uma taxa de cambio real constante e competitiva, que propiciaria uma garantia para as empresas programarem seus investimentos e seus fluxos de exportação e importação em longo prazo. Como medidas complementares vieram incentivos fiscais, crédito barato para a exportação de manufaturados e facilidades de importação de equipamentos para ampliar e modernizar o parque industrial. As tarifas de importação foram gradualmente reduzidas de forma cuidadosa. A reserva de mercado interno, um pilar importante da substituição de importação, foi pouco a pouco sucateada. Os primeiros setores que se beneficiaram dessas alterações foram têxtil, calçados e móveis, como sugere o artigo. Depois vieram setores que embutiam tecnologias mais sofisticadas como veículos, autopeças e celulose. Os resultados não demoraram a surgir. A expansão das exportações garantiu o pleno atendimento das necessidades crescentes de importações, mesmo com a economia atingindo crescimento de dois dígitos. Pode-se notar (gráfico 1) que também a exportação de produtos agrícolas cresceu de forma acentuada, beneficiando-se do fato de que o país não tinha importância quantitativa, exceto café, no mercado mundial.

Gráfico 1: Brasil - Exportação de produtos agrícolas, manufaturados e minerais (US\$ milhões)



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 2: Brasil - Composição das exportações (%)



Banco Mundial

4. Algumas lições da economia japonesa

O vigoroso crescimento da economia japonesa no pós-guerra resultou de vários fatores: i) das reformas estruturais impostas pelos Estados Unidos (principalmente destruição dos “zaibatsu”, distribuição de terras agrícolas e organização de sindicatos de trabalhadores), ii) do elevado nível de escolaridade e iii) da ênfase que se deu às exportações de manufaturados, concedendo à indústria a proteção necessária para a inovação e o aumento da produtividade. A maioria dos países da Ásia, que tiveram sucesso no desenvolvimento, beneficiou-se da experiência japonesa ao adotar programas semelhantes.

Entretanto, nos últimos 30 anos o Japão vive uma prolongada estagnação. Talvez o marco inicial dessa fase tenha sido o Acordo de Plaza em que esse país, por pressão dos Estados Unidos, concordou em valorizar o iene. Foi o fim de um dos principais instrumentos de crescimento, a exportação de bens manufaturados. A liquidez monetária que foi injetada em seguida para expandir a demanda interna ajudou a criar as condições para uma forte especulação no mercado de ativos. O Japão havia iniciado uma desregulamentação parcial do sistema financeiro que propiciou, numa conjuntura de elevada liquidez, a captação pelas empresas não financeiras de grandes volumes de recursos que foram aplicados para investimentos especulativos em ações no mercado de capitais, permitindo esquivar-se das recomendações do “window guidance” do Ministério das Finanças. Esta situação evoluiu para a crise bancária e imobiliária de 1988/89. Esta experiência japonesa pode ser importante para orientar a atual economia chinesa que apresenta características de elevada especulação no mercado de ativos financeiros.

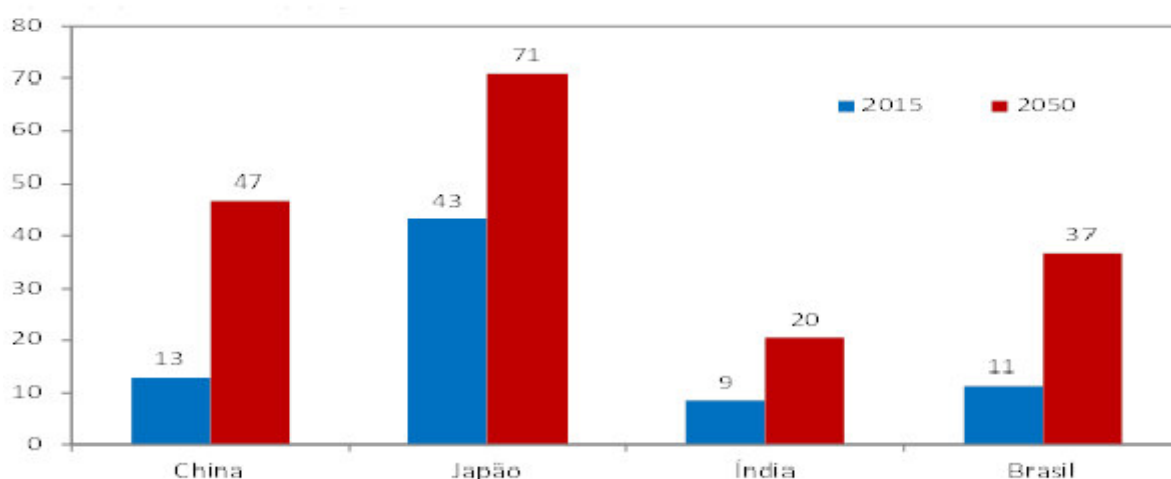
Um dos efeitos mais graves da crise foi a acumulação gigantesca de empréstimos não honrados no balanço dos bancos. Os analistas criticam a excessiva demora, dos bancos e do governo, para solucionar definitivamente essa questão. Foi somente em 2002 que o problema começou a ser equacionado. Na China as empresas estatais, que têm taxas de retorno inferiores às empresas privadas, têm acumulado volumes enormes de dívidas, provavelmente não totalmente honráveis que podem gerar situações de risco muito preocupantes. A experiência japonesa pode ser útil.

O caminhar da demografia é lento, mas a sua tendência de crescimento e de mudança na composição por idades é inexorável. Japão e China apresentam certa similaridade. A população japonesa está decrescendo e envelhecendo com rapidez nos últimos anos. O gráfico 3 mostra as taxas de natalidade e mortalidade e os seus efeitos. A China segue visivelmente, com defasagens, o padrão do Japão. Índia e Brasil ainda tem mais tempo. Não foi sem motivo que a China em 2013 reduziu as restrições que tinham

sido impostas em 1979, através da regra de filho único para a etnia Han que compreende 91% de sua população. Os resultados dessa maior liberdade são difíceis de prever. A taxa de fertilidade pode reagir ou não. Tem-se que esperar um pouco.

Em termos econômicos as principais implicações da diminuição da população e do envelhecimento são: (a) queda de consumo interno como resultado do menor número de pessoas combinado com a maior proporção de idosos, que consomem menos e (b) queda da produção por ter menos pessoas para trabalhar, se a produtividade da mão de obra empregada não crescer em ritmo maior do que a taxa de redução do número de pessoas empregadas. Com população decrescente, aumento de idosos e falta de pessoas que queiram trabalhar, a economia pode estagnar e murchar lentamente. A sociedade vai perdendo a coragem e vigor, cedendo espaço para o conformismo e o desânimo. Uma possível solução é incentivar o aumento da taxa de fertilidade e a imigração, que nem sempre são providências fáceis. É o caso do Japão, mas não da China que conta ainda com metade da população na zona rural. O que os dois países têm em comum é o problema do envelhecimento. As projeções da razão de dependência da população idosa pela ONU, para 2050, não parecem animadoras. No caso do Japão, prevê-se 7 idosos para 10 pessoas em idade ativa (em condições de trabalhar, embora nem toda a população ativa trabalhe efetivamente). O governo japonês tenta estimular o aumento de casamentos e nascimentos. Os resultados ainda não apareceram. Teria a China algo a aprender?

Razão de dependência demográfica da população idosa (65+)/ (15-64 anos) (%)



Fonte: ONU - World Population Prospects: The 2015 Revision

5. Entraves ao desenvolvimento econômico

Edmund Phelps, professor da Universidade de Columbia, recebeu o Premio Nobel de Economia em 2006. Em 2015 concedeu entrevista à Revista Veja sobre desenvolvimento, realçando o corporativismo como o principal obstáculo que o sistema de preços enfrenta. Mesmo com o risco de perder muito da substância do seu pensamento, vale a pena pinçar algumas de suas ideias.

i. A inovação e a detecção de novas oportunidades de negócios são as principais alavancas do desenvolvimento. A ideia é ir além da famosa “destruição criativa” de Joseph Schumpeter. Muitas vezes esses avanços têm no corporativismo a sua maior ameaça. Corporativismo inclui grupos de interesse, sindicatos, empresas confortavelmente estabelecida em seus nichos de mercado e políticos que tem ligações estreitas com cada um desses atores. Trata-se de um conjunto de práticas e valores que não querem a competição, mas a coordenação, o controle da atividade econômica pelo Estado e a proteção dos seus negócios, resultando em vínculos fortes entre o Estado e o setor empresarial.

ii. No corporativismo a tributação é sempre elevada para permitir que o Estado ofereça um quinhão a todos, e manter a ordem estabelecida. Em termos econômicos isto significa aniquilar os incentivos à inovação e à competitividade. Atualmente a grande batalha não é o capitalismo (sistema de preços) versus o socialismo, que para efeitos práticos está acabado, mas sim entre os valores modernos da livre iniciativa e da inovação e os valores reativos do corporativismo.

iii. Os países precisam de educação científica, pessoas envolvidas com ciência, engenharia, matemática e computação. Mas nem toda a inovação vem dessas áreas. O espírito de inovação não depende tanto dos institutos de pesquisa ou pequeno grupo de pessoas esclarecidas. A inovação, na minha visão, é ampla e tem também a ver com pessoas comuns.

iv. Na preocupação com os pobres, e com a desigualdade, é fundamental garantir o acesso universal à educação, porque isso ajuda a nivelar as oportunidades. Uma proteção em nível moderado é inofensiva se financiada por um regime neutro de tributação. A questão é que muitos países tem exagerado. O Estado começa prover a todos, mas quem mais se beneficia não são os pobres, e sim as elites empresariais ou sindicais com melhor acesso ao governo. A economia perde eficiência e as oportunidades para novos negócios se reduzem.

6. Produção de leite: aumento da produtividade e queda de preço

Pesquisadores da EMBRAPA de pecuária de leite (João Cesar de Resende, Paulo do Carmo Martins, Denis Teixeira da Rocha e Vinicius de Macedo Ribeiro, em AGROANALYSIS, FGV, dez/2016) mostram que, nos últimos 40 anos, tem havido aumento substancial da produtividade do gado leiteiro, pela incorporação de tecnologias adequadas, e como consequência uma redução muito significativa no preço real do leite recebido pelos produtores. A tabela 1 mostra a ampliação da produtividade dos principais fatores e o gráfico 1 a evolução da produção e dos preços reais. Em 1977 era de R\$3,82, em 2016 caiu para R\$1,31. Uma conta simplista: a média aritmética do aumento da produtividade dos 4 fatores, de 1977 a 2016, foi de 183,2%, ou seja de 2,7% a.a., e coincidentemente a redução do preço real também foi de 2,7%. Os produtores transferiram os ganhos de produtividade.

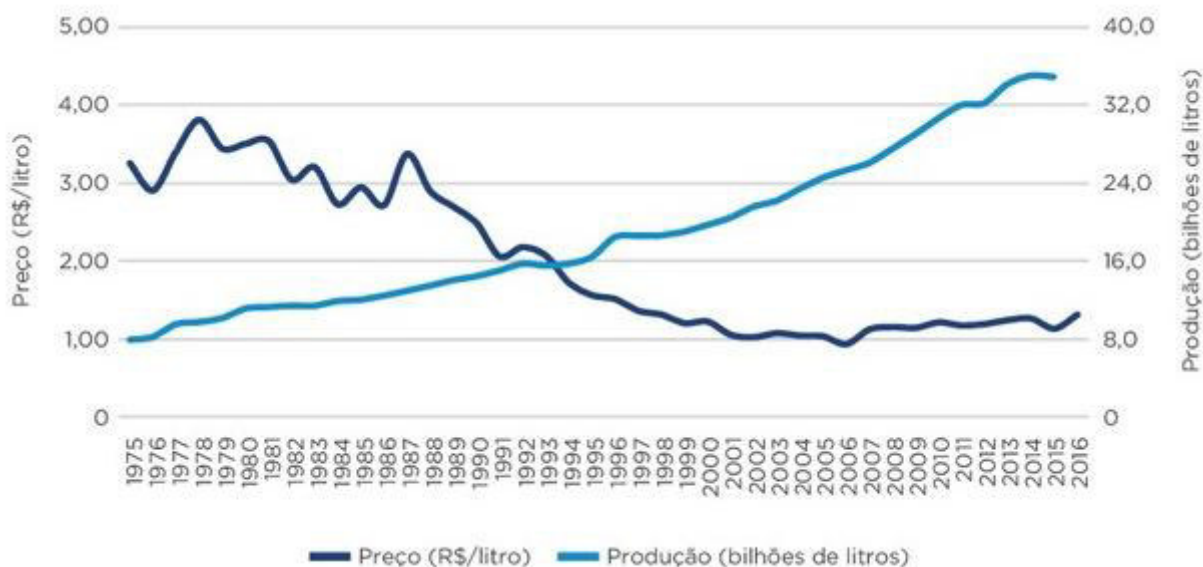
**Tabela 1: Crescimento da produtividade (%)
(fazenda acompanhada pela Embrapa)**

	(1977/2016)
Terra	324
Mão de obra	250
Animal	80
Capital investido	79

Fonte: RESENDE, J. C. de; et al. Pecuária de leite - Ganho tecnológico na cadeia produtiva -

Revista Agroanalysis v. 36 nº12. dez.2016

Gráfico 1: Produção e preços reais recebidos pelos produtores de leite (IGP-DI)

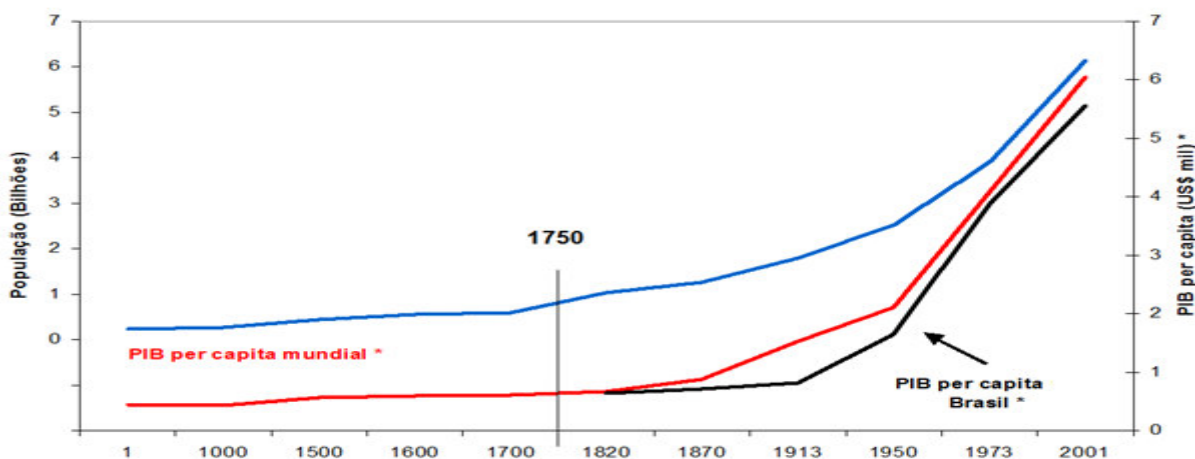


Fonte: RESENDE, J. C. de; et al. Pecuária de leite - Ganho tecnológico na cadeia produtiva - Revista AGROANALYSIS v. 36 nº12. dez.2016.

7. População mundial e desenvolvimento

Gráfico mostra a evolução demográfica e a expansão do produto real per capita do Mundo, no longuíssimo prazo. O ano de 1750 está assinalado porque foi nessa época que se iniciou a revolução industrial na Inglaterra que propiciou o início de um período de aumento da população e de melhoria da atividade econômica. Uma das grandes preocupações era a fome. Thomas Robert Malthus publicou em 1798 a primeira edição da sua obra mais conhecida “Um Ensaio sobre o Princípio da População”, enfatizando a diferença no ritmo de crescimento entre a população e a oferta de alimentos, a primeira em progressão geométrica e a segunda em progressão aritmética. Se continuassem nesse ritmo seria inevitável, no futuro, uma forte escassez de alimentos. Para Malthus a falta de alimentos limitaria o aumento da população. Passados mais de 200 anos as condições mudaram. Houve drástica redução na taxa de fertilidade total das mulheres e aumentos contínuos da produtividade na agricultura. A oferta de alimentos não mais constitui o fantasma que parecia ser, embora ainda exista muito sofrimento nos países mais pobres devido à sua escassez. Quase 1 bilhão de pessoas ainda vivem abaixo da linha de pobreza (menos de US\$1 por dia por pessoa). O crescimento do PIB per capita do Brasil tende a seguir, aproximadamente, o perfil do PIB per capita mundial.

Evolução da população e do PIB per capita



Fonte: Maddison, A. - The World Economy, 2003
*Dólar Internacional Geary-Khamis, US\$ de 1990

8. Sexta feira mais amena para trabalhadores no Japão

Em fevereiro deste ano governo e setor privado tomaram a iniciativa de estabelecer um prêmio na última sexta-feira de cada mês (The Japan Times). Nesse dia os trabalhadores podem sair mais cedo, às 15 horas. O governo espera que eles aproveitem o resto do dia para viagens, compras, consumo de petiscos e bebidas, o que poderia impulsionar a demanda e a produção. A medida também visa alterar o hábito arraigado de sobrecarga dos funcionários, resultando como uma das consequências a falta de convivência familiar, com a esposa cuidando da economia doméstica e da educação dos filhos. Não é raro histórias de pessoas que se aposentam e se sentem como estranhos em suas residências. Até o momento parece que o programa teve apenas sucesso limitado. Reduzir a carga de trabalho do japonês não é simples. É uma prática de longa data, faz parte da cultura. A média de férias no Japão é de 8,8 dias, segundo o jornal.

9. CNI, KEIDANREN e a economia brasileira

O Relatório "Alliance for the 21st Century" registra as conclusões da reunião conjunta da Confederação Nacional da Indústria - CNI e da Federação das Empresas Japonesas - KEIDANREN, realizada em Tóquio em setembro de 1999. Nessa data, O Plano Real, após 5 anos de sua implantação, assegurava a queda definitiva da hiperinflação; no Japão a economia ainda sofria os efeitos da crise bancária e imobiliária de 1989/90.

As duas instituições reconheceram: 1) as profundas mudanças estruturais que estavam ocorrendo nas duas economias e os desafios que estavam por vir; 2) que a relação bilateral da década de setenta, baseada em grandes "projetos nacionais", suportados pelos governos, não mais se repetiria; 3) que o comércio bilateral e o volume de investimento entre os dois países foram marcados pela falta de dinamismo na década de noventa; 4) que o Plano Real debelou a inflação, mas várias distorções ainda persistiam como os elevados juros domésticos, a apreciação do Real e a estrutura inadequada dos impostos. Essas distorções geraram um viés contra a produção e contra a exportação. A recente desvalorização cambial (fevereiro de 1999) veio melhorar a condição competitiva do país; e 5) que a infraestrutura necessita de mais investimentos para reduzir custos e contribuir para melhorar o ambiente dos negócios.

Sem dúvida, trata-se de uma síntese muito bem colocada, há quase 18 anos, sobre a situação brasileira. O que é grave, é que as distorções apontadas corretamente, pioraram de lá para hoje. A forte recessão que aflige o país não fazia parte da expectativa.

10. Pesquisa confirma propriedades da própolis orgânica

Pesquisas na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP, orientadas pelo prof. Severino Matias Alencar (Jornal da USP, 12 de abril), mostram que a própolis orgânica produzida em apiários do sul do Paraná e em Santa Catarina possuem substâncias que agem como anti-inflamatório, antioxidante, antibacteriano e até anticancerígeno.

Para ser considerado orgânico, “as flores, brotos e cascas de onde são coletadas as substâncias devem respeitar a ordem natural de produção, sem adição de agrotóxicos ou pesticidas”, diz o texto. As amostras para as pesquisas seguiram rigorosamente essas condições. Professor Severino afirma que “a própolis brasileira é caracterizada pela presença de ácido cinâmico prenilado que possui atividade sequestrante de radicais livres e significativa ação anti-inflamatória e antimicrobiana, enquanto que a europeia é rica em flavonoides”.

O Brasil é o segundo maior produtor de própolis. Exporta cerca de 160 toneladas/ano, perdendo apenas para a China.

11. Polinização de plantas em perigo

Na Europa e na América do Norte insetos polinizadores estão em declínio, afetados por pesticidas, mudanças climáticas e alterações no uso do solo. Mudanças no uso do solo e a sua utilização mais intensiva pela agricultura tem forte impacto na estrutura da paisagem, reduzindo a diversidade e os recursos florais e assim a disponibilidade de polinizadores. A substituição de vegetais nativos pela monocultura tem sido também um fator negativo.

Grupo de pesquisadores do Brasil e do México (Samuel M. A. Novais, Cássio A. Nunes, Natáli B. Santos, Ana R. D'Amico, G. Wilson Fernandes, Mauricio Quesada, Rodrigo F. Braga e Ana Carolina O. Neves “Effects of a Possible Pollinator Crisis on Food Production in Brazil”, PLOS One, 30 de novembro de 2016), estudou a dependência da produção de alimentos no Brasil da polinização animal (jornalista da Folha de São Paulo, Gabriel Alves, fez matéria sobre o tema em 1º. de dezembro de 2016). Os pesquisadores analisaram 53 variedades, incluindo também partes de vegetais que produzem alimentos, constatando que, dessas variedades, 36 são dependentes de polinização em variados graus, 14 não são e 3 não se conhece. Na categoria das não dependentes encontram-se cana de açúcar, milho, arroz e trigo como os mais importantes. Em termos estatísticos (safra 2013), os autores apresentam o seguinte (na cana somente a parcela referente ao açúcar):

Tabela 1: Variedades dependentes e não dependentes de polinização na produção de alimentos

Discriminação	Dependentes	Não Dependentes	Soma
Variedade - quantidade	36	14	50
Área – milhões ha	38,6 (59,2%)	26,7 (40,8%)	65,3
Produção – milhões ton	158,4 (24,8%)	481,0 (75,2%)	639,3
Valor – US\$ bilhões	42,6 (68,0%)	20,0 (32,0%)	62,6

Fonte: autores

Assim, a dependência de polinização da agricultura brasileira na produção de alimentos é relativamente alta. Os autores indicam que em 2013 o Brasil exportou US\$31,0 bilhões de soja e US\$5,3 bilhões em café. A partir de uma série de hipóteses eles calculam que, na eventualidade de uma crise de insetos, o país pode perder entre US\$3,6 e US\$14,1 bilhões por ano.

A revista The Economist (11/2/2017) traz duas notícias sobre polinização: i) as tentativas de aumentar a quantidade de insetos polinizadores falharam até o momento, e ii) o engenheiro japonês Eijiro Miyako (National Institute of Advanced Industrial Science and Technology em Tsukuba) conseguiu com que um pequeno drone (42 mm contra 15 mm de uma abelha) fizesse o papel de polinizador em flores. Por

enquanto o drone tem que ser direcionado por uma pessoa. O próximo passo seria embutir nele uma visão, diz a revista.

12. Óleo de palma

Para ambientalistas o cultivo de palma é uma ameaça ao meio ambiente. Florestas tropicais têm sido destruídas para dar lugar a imensas áreas para a produção do óleo. Porém, existe a outra face. A palma é fundamental como fornecedora de alimento. O óleo de palma lidera, atualmente, a produção e a exportação de óleos comestíveis. A Index Mundi estima que em 2016 a sua produção atingiu 65 milhões de toneladas, enquanto que o óleo de soja ficou em 45 milhões e o de canola em 30 milhões.

Até 2005 a liderança pertencia à soja. A Indonésia é a maior produtora de óleo de palma com cerca de 35 milhões de toneladas anuais, seguida da Malásia com 20 milhões e de Tailândia com 2,3 milhões. O Brasil produziu 300 mil toneladas em 2014, principalmente no Estado do Pará, insuficiente para atender a demanda interna em torno de 500 mil toneladas, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA).

Wudan Yan, jornalista de Seattle, comenta os esforços dos cientistas para aumentar a produtividade, bem como os problemas que a cultura enfrenta (*Nature*, vol. 543, março de 2017). A palma tem a maior produtividade de óleo comestível por unidade de área, cerca de 4000 litros/hectare, contra 800 da canola e 500 da soja. Porém, segundo a reportagem, a palma não explora ainda todo o potencial que possui, sendo o principal entrave a de ordem genética que faz com que algumas árvores produzam menos do que deveriam. A Orion Biosains, empresa de pesquisa na Malásia, pode detectar essas deficiências a partir da análise de folhas de plantas novas. A generalização dessas análises pode resultar em ganhos substanciais para o setor.

Os cientistas apoiam as iniciativas da Orion, no entanto, apontam outras deficiências que podem frustrar o objetivo. “A não ser que melhore o sistema nacional de financiamento, treinamento e assistência técnica, a ciência não terá o impacto que ela poderia fornecer”, comenta Andrew Bovarnick, chefe da Green Commodities Programme das Nações Unidas na cidade do Panamá. Um dos entraves é o fato de que 40% do óleo de palma produzido no mundo provem de pequenos produtores, sem recursos financeiros, menos abertos à inovação e às melhores práticas, e muitas vezes dependentes de cooperativas pouco dinâmicas. Sua produtividade é inferior a dos grandes produtores.

No início da década de setenta cientistas adotaram a clonagem, que no começo aumentou a produção do óleo, porém, em 1977 descobriu-se formações atípicas dos frutos que não produziam quase nenhum óleo. Foi somente em 2015 que Meilina Ong-Abdullah, biotecnologista da Malaysian Palm Oil Board (MPOB) instituto de pesquisa do governo, conseguiu identificar o elemento invasor. Com essa descoberta ela e seus colegas conseguiram multiplicar sementes com melhor produtividade.

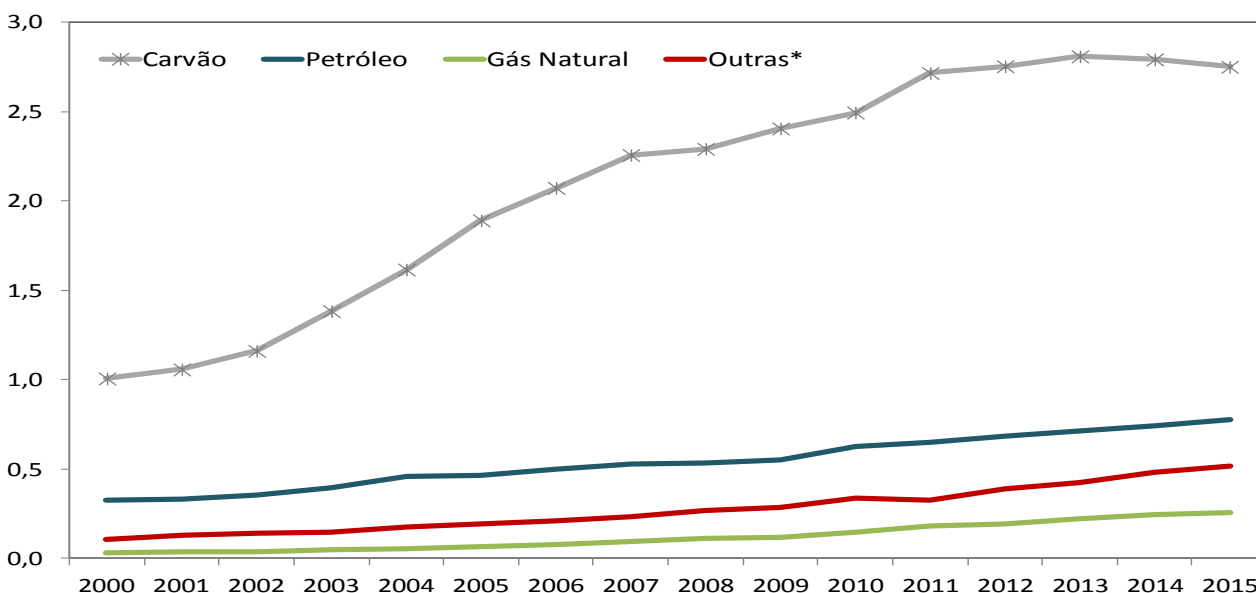
Raviga Sambanthamurthi, bioquímico e ex-diretor do MPOB não consegue ver nenhuma outra planta que possa satisfazer a necessidade futura de óleo. Diz “não existe muito mais área para ser aberta, e a única alternativa é tornar a palma mais produtiva”. Diz-se que, em teoria, a produção de óleo por hectare de palma pode chegar a 18 toneladas. O caminho ainda parece longo.

13. A China e a poluição

O governo de Donald Trump vem depreciando os esforços desenvolvidos para melhorar o clima e o meio ambiente. Apesar dessa postura americana, a China que é um dos maiores poluidores, não se descuidou dessa questão (*The Economist*, 2 de abril de 2017). Nos anos recentes as preocupações tornaram-se mais evidentes, tanto por parte do governo como da população. A matriz energética desse país é dominada pelo carvão mineral (70% da eletricidade), uma fonte altamente poluidora. Existe uma política que visam reduzir o uso dessa fonte e ampliar as alternativas renováveis. Pesados investimentos estão sendo realizados com esse último objetivo. É um processo lento.

Duas parecem ser as maiores preocupações chinesas: 1) grandes metrópoles vêm sofrendo com a poluição crescente, principalmente Beijing que fica longe do mar e mais próximo do deserto, e 2) cientistas chineses dizem que o aquecimento global do leste do país está resultando em menos chuva e vento que podem reduzir a poluição. Além disto, está ocorrendo um aumento do nível do mar que ameaça as cidades costeiras e agrava as secas no norte e as enchentes no sul.

Consumo de energia na China, por tipo de fonte (bilhões de carvão equivalente)



Fonte: National Bureau of Statistics

14. A China e a “Nova Rota da Seda”

A “Rota da Seda”, expressão cunhada pelo alemão Ferdinand von Richthofen no século 19 à rede de estradas que conectava a China à Europa, teve papel fundamental na troca de mercadorias, na divulgação de conhecimentos, de tecnologias, de invenções e de ideias. Foi um veículo na aproximação dos povos de diferentes etnias. As invenções mais notáveis que vieram da China para a Europa foram a tecnologia do papel, a impressão e a pólvora. Da Europa para o Extremo Oriente os conhecimentos de matemática, de medicina e de astronomia. Existem registros de que mesmo antes de Cristo caravanas utilizavam essa rota. O ocidente trazia a seda e toda a sorte de especiarias, e levava produtos de beleza, diamantes, pérolas, corais e vidros manufaturados. O fechamento das fronteiras da China em 1426 pela dinastia Ming reduziu drasticamente a importância da Rota.

A China anunciou oficialmente o projeto da “Nova Rota da Seda”, também denominado “Um Cinturão, Uma Rota”, em 2013. Ela compreende a construção de infraestrutura terrestre e marítima. Por terra ligaria regiões importantes da China à Europa, talvez passando por Moscou. Pelo mar o ponto de chegada seria também a Europa, margeando o norte da África. Trata-se de um projeto visando a intensificação comercial e a integração econômica, sem dúvida. O objetivo geopolítico seria aumentar a área de influência da China na Ásia, Europa e África. Esperam-se reações contrárias, de países que podem se sentir intimidados pela eventual dominância chinesa. Ainda pouco se conhece sobre a sua viabilidade econômica.

Nova Rota da Seda



Fonte: Wikipedia

Nos dias 14 e 15 de maio último o presidente Xi Jinping convidou líderes de 28 países para uma reunião (“Belt and Road Forum”) para celebrar o projeto. Vários presidentes importantes estiveram presentes: Vladimir Putin da Rússia, Mariano Rajoy da Espanha, Recep Tayyip Erdogan da Turquia, Mariano Duterte das Filipinas, Michelle Bachelet do Chile, para citar os mais conhecidos, além de representantes de mais de 100 países. Segundo o Jornal do Brasil (17 de maio) Xi Jianping anunciou que a China estaria disposta a investir US\$124 bilhões ao longo do programa.



INFRAESTRUTURA, COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO

(*) *Akihiro Ikeda*

É senso comum que a infraestrutura exerce papel importante no desenvolvimento econômico. A construção de uma ponte, por exemplo, requer a análise do solo e o preparo do projeto que exige o conhecimento de profissionais qualificados, como engenheiro, arquiteto, desenhista etc. Necessita-se de mão de obra qualificada e não qualificada, de equipamentos e de materiais para a sua construção. Nesse primeiro impacto verifica-se um aumento do emprego, da produção, da renda (salários e lucros) e do consumo. Isto gera nova expansão da produção e de renda, e assim sucessivamente o processo se amplia. A ponte, uma vez concluída, facilita a locomoção de pessoas, de mercadorias e de veículos, elevando a produtividade geral para o benefício de todos. O Brasil é um exemplo de como uma infraestrutura deteriorada prejudica o bom andamento dos negócios, eleva os custos, aumenta o tempo de transporte e reduz a competitividade externa. A sua arrumação seria um fator fundamental para o país.

Normaz Wana Ismail e Jamilah Mohd Mahyideen (“The Impact of Infrastructure on Trade and Economic Growth in Selected Economies in Asia”, ADBI Working Paper 553, Tokyo dezembro de 2015) discutem a questão selecionando 10 países da Ásia (China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Coreia, Malásia, Filipinas,

Cingapura, Tailândia e Vietnã). A análise é dividida em duas partes. Na primeira, examinam o impacto da infraestrutura sobre o comércio exterior e na segunda sobre o desenvolvimento econômico.

1. Impacto da infraestrutura sobre comércio

Os autores classificam a infraestrutura em duas categorias: a física (estradas, portos, aeroportos, tecnologia de informação e comunicação) e a não física (eficiência nas fronteiras, nos transportes e nas alfândegas, número de documentos exigidos na exportação e na importação, ambiente de negócios, burocracia dos regulamentos, transparência na administração da alfândega, clareza da política comercial, pagamentos irregulares e medidas no combate à corrupção). Infraestrutura “hard” e “soft”.

O tema não é novo. Pesquisas, enfatizando aspectos particulares da infraestrutura, mostram que a sua melhoria implica em aumento do fluxo de comércio entre os países. Outras indicam que o avanço na qualidade da infraestrutura estimulam as exportações globais dos países emergentes. O que difere na presente análise empírica é ela se referir ao fluxo de comércio entre países da Ásia, uma área extremamente dinâmica. Para avaliar o impacto da infraestrutura os autores utilizam a metodologia estatística de regressões lineares sobre um modelo gravitacional ampliado.

Os resultados indicam que são relevantes para o aumento do fluxo comercial: o tamanho do mercado exportador e do mercado importador, o uso da mesma língua, a melhoria dos transportes (aéreo, terrestre e porto), e o avanço da tecnologia de informação e comunicação. Afeta negativamente o fluxo comercial a maior distancia entre os países, como seria de se esperar, pois ela reflete basicamente o custo de transporte. No caso da infraestrutura “soft” os efeitos são estimados em separado sobre a exportação e sobre a importação. Além das variáveis tamanho dos mercados, uso da mesma língua e da distancia, afetam negativamente as exportações o alto custo dos procedimentos e o tempo gasto para exportar. É fator negativo para as importações o alto custo de importar e a burocracia dos documentos.

2. Impacto da infraestrutura sobre desenvolvimento

Trabalhos empíricos que analisaram o papel da infraestrutura sobre a atividade econômica concluíram que investimentos para a sua melhoria contribuem para o crescimento. A pesquisa de Normaz Wana Ismail e Jamilah Mohd Mahyideen confirma, em essência, esses resultados para os países da Ásia. As regressões relativas à infraestrutura de transportes mostram que o crescimento do produto real per capita depende positivamente da rede de estradas de rodagem, das estradas pavimentadas, do transporte aéreo, mantendo-se sob controle o crescimento da população (correlação negativa), a participação do investimento no PIB (correlação positiva) e a abertura comercial (correlação positiva). Especificações alternativas para tecnologia de informação e comunicação, controlando-se as mesmas variáveis anteriores acrescida de investimento em capital humano, indicam que telefone e internet também são relevantes no crescimento.

3. Estatísticas complementares sobre qualidade da infraestrutura

A tabela mostra o “ranking” em infraestrutura, de países emergentes da amostra (ranking entre 144 países, sendo 1 o melhor e 144 o pior). O levantamento é realizado pelo World Economic Forum (The Global Competitiveness Report 2014/15). O Brasil foi incluído na tabela para efeitos de comparação. Cingapura, Hong Kong e Coréia foram excluídos por serem países desenvolvidos, além dos dois primeiros se assemelharem mais a grandes cidades. O Brasil está relativamente bem posicionado em telefone e internet. Porém nos demais itens é uma tristeza.

Ranking de infraestrutura

Países	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
China	49	53	58	17	108	59	54	55	75
Índia	76	76	71	27	121	118	100	75	115
Índonésia	72	77	64	41	54	71	103	68	112
Malásia	19	19	19	12	30	73	9	20	41
Filipinas	87	101	108	80	86	113	51	99	91
Tailândia	50	54	37	74	34	91	55	74	96
Vietnã	104	88	87	52	42	86	91	94	77
Brasil	122	122	113	95	37	51	115	138	64

(1): qualidade das rodovias, (2): dos portos, (3): do transporte aéreo, (4): das ferrovias - apenas 104 países, (5): telefone móvel, (6): telefone fixo, (7): barreiras não tarifárias, (8): burocracia dos procedimentos alfandegários, e (9): usuários de internet.

(*) **Akihiro Ikeda** - Foi funcionário do Banco América do Sul; economista da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai; Secretário Executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda; Chefe da Coordenadoria Econômica do Ministro da Agricultura; Secretário Especial de Assuntos Econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; Presidente da Diretoria Executiva do Hospital Santa Cruz; Presidente do Conselho Deliberativo do Hospital Santa Cruz; e Professor Assistente de Estatística Econômica e Econometria da FEA/USP.



ARROZ COM FEIJÃO

(*) **Patricia Stefani**

Em janeiro deste ano, o economista André Lara Rezende escreveu um artigo interessante no jornal Valor Econômico sobre uma discussão corrente na dita fronteira de pesquisa em economia monetária. Segundo alguns (poucos) pesquisadores, seria perfeitamente possível, dentro do próprio arcabouço teórico utilizado pela maioria dos Bancos Centrais hoje, que taxas de juros baixas (altas) por períodos prolongados produzissem uma taxa de inflação baixa (alta), resultado totalmente contra intuitivo e oposto à relação que normalmente se atribui a essas variáveis. O autor prossegue, naturalmente, a indagar se a (persistentemente) alta taxa de juros vigente no Brasil não poderia ser, então, culpada pela alta inflação brasileira, além dos óbvios custos fiscais associados à manutenção de uma política prolongada de juros altos.

Alguns artigos rebateram a ideia e sua aplicabilidade à realidade brasileira. Dentre eles, o mais didático foi publicado no mesmo Valor Econômico, de autoria do economista Eduardo Loyo.

Dada a aridez que ainda permeia essa discussão, nosso objetivo é traduzir algumas das principais ideias de uma maneira mais palatável aos não economistas, oferecendo, também, algumas críticas ao conceito Neofisheriano, denominação cunhada para a relação entre taxa de juros e inflação descrita anteriormente.¹

¹ As principais referências estão listadas ao final do texto. Em negrito, são aquelas consideradas mais interessantes e informativas.

A ideia e a origem

A ideia Neofisheriana é que, no longo prazo, juros nominais permanentemente baixos (elevados) *causam* deflação (inflação). O nome neofisherianista é uma “homenagem” ao economista Irving Fisher, que, em 1896, postulou a relação entre juros nominais e reais que levou seu nome:

juros nominais = juros reais + taxa de inflação

Segundo os neofisherianos, essa relação ajudaria a explicar a convivência entre juros nominais próximos a zero e baixíssima inflação nos países avançados. Narayana Kocherlakota, pai do debate iniciado em 2010, fez uma palestra, já como Presidente do Federal Reserve de Minneapolis, interpretando a relação de Fischer de maneira causal, de modo a “explicar” o motivo da economia americana estar convivendo com uma inflação baixa, em torno de 1%, desde a crise de 2008, mesmo com o corte da taxa básica de juros a quase zero e a maciça expansão do balanço do Banco Central americano. Naquele momento, ele ofereceu o argumento de que, dada a taxa de juros real de equilíbrio de longo prazo, a equação de Fisher implica que, em algum momento do tempo, a manutenção da taxa de juro nominal em patamar muito baixo por um período prolongado implica, necessariamente, que a inflação vá cair de modo a restaurar o equilíbrio descrito anteriormente entre juros reais e nominais.²

A ideia é que, no longo prazo, a taxa de juro real vai para o seu valor de equilíbrio, independentemente do que faça a autoridade monetária, conceito conhecido como (super) neutralidade da moeda. Logo, se o Banco Central mantiver a taxa nominal de juros baixa por um tempo suficientemente prolongado, a inflação vai ter de cair para restaurar a situação de equilíbrio.

Essa explicação simples, antiga e intuitiva (à primeira vista), daria partida a um longo debate entre os especialistas em economia monetária, vindo a ser formalizado por modelos teóricos por volta de 2013 (quando o próprio Kocherlakota já tinha abandonado a ideia), por dois nomes de peso da academia americana – Stephen Williamson, do Federal Reserve de St. Louis e John Cochrane, da Universidade de Chicago.³

O debate: trocando em miúdos

Após a epifania de Kocherlakota, Cochrane, muito entusiasmado com a ideia, deu início a uma série de textos em seu blog, que mais tarde seriam formalizados em artigos acadêmicos. Partindo da pergunta: “*e se, durante todo esse tempo, nós estivermos trabalhando com o sinal contrário na política monetária?*”⁴, a resposta que Cochrane tenta alinhar desde então, vai mais ou menos na linha de, parafraseando Jerry Seinfeld: se todo instinto que você tem estiver errado, então o oposto tem de ser verdadeiro!⁵

Os artigos teóricos que se seguiram seriam ainda mais indigestos para a ortodoxia monetária, visto que mostram que o resultado neofisheriano pode ser obtido a partir do modelo neo keynesiano canônico vigente, ou seja, o próprio modelo utilizado pela maioria dos Bancos Centrais. Seria apenas um dos “equilíbrios” alternativos do modelo.

Cochrane admite que trata-se de uma discussão eminentemente sobre o longo prazo. Concede que, no curto prazo, o mecanismo ocorre de maneira usual, ou seja, uma elevação da taxa nominal de juros reduz

² Ver Kocherlakota (2010), página 11.

³ Dizem as más línguas, que abraçar a ideia Neofisherianista foi a forma encontrada pelos economistas que acusavam o Fed de estar levando a economia americana para a hiperinflação por conta dos programas de relaxamento monetário, de reconhecerem que estavam errados sem dar a vitória de seus adversários.

⁴ Cochrane, 19/12/2013.

⁵ Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=mwc8omasnEI>

a inflação e afeta a taxa real de juros. No entanto, no longo prazo, a forma de se atingir uma dada taxa de inflação, digamos, 2%, é fixando a taxa de juros nominal em um nível condizente com essa inflação e a taxa real de equilíbrio da economia. A relação de Fisher trabalharia para produzir o resultado.

Segundo ele, essencialmente, a política monetária se resume a responder à seguinte pergunta: *o que o Banco Central deve fazer face a um choque inflacionário?* Se o Banco Central não fizer nada, a economia seria estável ou instável? Segundo o arcabouço neofisheriano, se a taxa de juros nominal for escolhida de acordo com o mecanismo descrito anteriormente, eventualmente, a inflação volta para o lugar para manter o equilíbrio.

A visão canônica, ao contrário, diz que a inação do Banco Central leva à instabilidade econômica e, eventualmente, ao descontrole da inflação. É aqui que entra o chamado princípio ou regra de Taylor, que garante a estabilidade e o controle da inflação: o Banco Central tem de reagir fortemente (mais de um para um) à inflação⁶ para mantê-la sob controle.

Os críticos à concepção neofisheriana argumentam que, embora o resultado seja um dos possíveis do modelo usual, ele só é estável sob condições muito particulares e pouco plausíveis (mais restritivas, aliás, do que aquelas impostas pelos modelos canônicos): os agentes têm que ter antecipação perfeita (*perfect foresight*). Sabem, instantaneamente, que a taxa de juros nominal fixada pelo BC é aquela compatível com a taxa real de juros de equilíbrio de longo prazo e com a inflação almejada, e acreditam que o Banco Central irá manter aquela taxa indefinidamente. Qualquer desvio, mesmo que incremental, dessa noção de racionalidade implode o modelo.

De fato, fica difícil imaginar que, na prática, seria possível atingir o resultado neofisheriano. Há uma suposição implícita de que o Banco Central permanecerá imóvel, qualquer que seja a natureza do choque inflacionário (choque permanente ou temporário?, de oferta ou de demanda?), até que a economia volte ao equilíbrio. Que Banco Central seria capaz de se sustentar (e por quanto tempo) nessa situação? Afinal, como disse Keynes, no longo prazo, estaremos todos mortos (até os neofisherianos).

As críticas

Em cunho teórico, as críticas mostram que há duas falhas centrais na interpretação neofisheriana. Uma relacionada à seleção de equilíbrios e a outra à estabilidade (dinâmica fora do equilíbrio), pontos sobre os quais a teoria neofisheriana é muda e que inviabilizam a plausibilidade de seu resultado. Garcia-Schmidt e Woodford (2015) e Kocherlakota (2016) se encarregam dessa parte.

Como nenhuma boa explicação ou analogia deve ser desperdiçada, aproveitaremos a exposição dos economistas Nicholas Rowe e Rajiv Sethi para ilustrar intuitivamente e de maneira simplificada os pontos formalizados por Woodford para desconstruir o modelo Neofisheriano.

Em relação à convergência para o equilíbrio neofisheriano: suponha que você seja uma pessoa realmente ruim em álgebra, a ponto de não conseguir resolver a equação $X=0,5X$. Sua única opção é resolvê-la por tentativa e erro. Digamos que você comece chutando, por exemplo, $X=1$, obtendo, $X=0,5$, que passa a ser o seu segundo chute. Fazendo $X=0,5$, você obtém que $X=0,25$, e o processo continua até que os seus palpites convergem para a solução, $X=0$. No entanto, esse processo não funciona para qualquer equação. Se a equação for $X=2X$, a não ser que seu chute inicial seja exatamente o valor correto que soluciona a equação, seus palpites o deixarão cada vez mais longe da solução, divergindo cada vez mais da resposta correta. Ou seja, o tal equilíbrio (em expectativas racionais) neofisheriano existe e é único, mas há probabilidade quase nula de os agentes “resolverem” para esse equilíbrio, já que seria necessário que formassem as expectativas “corretas” desde o início (chute inicial).

⁶ Mais precisamente, aos desvios da inflação com relação à meta.

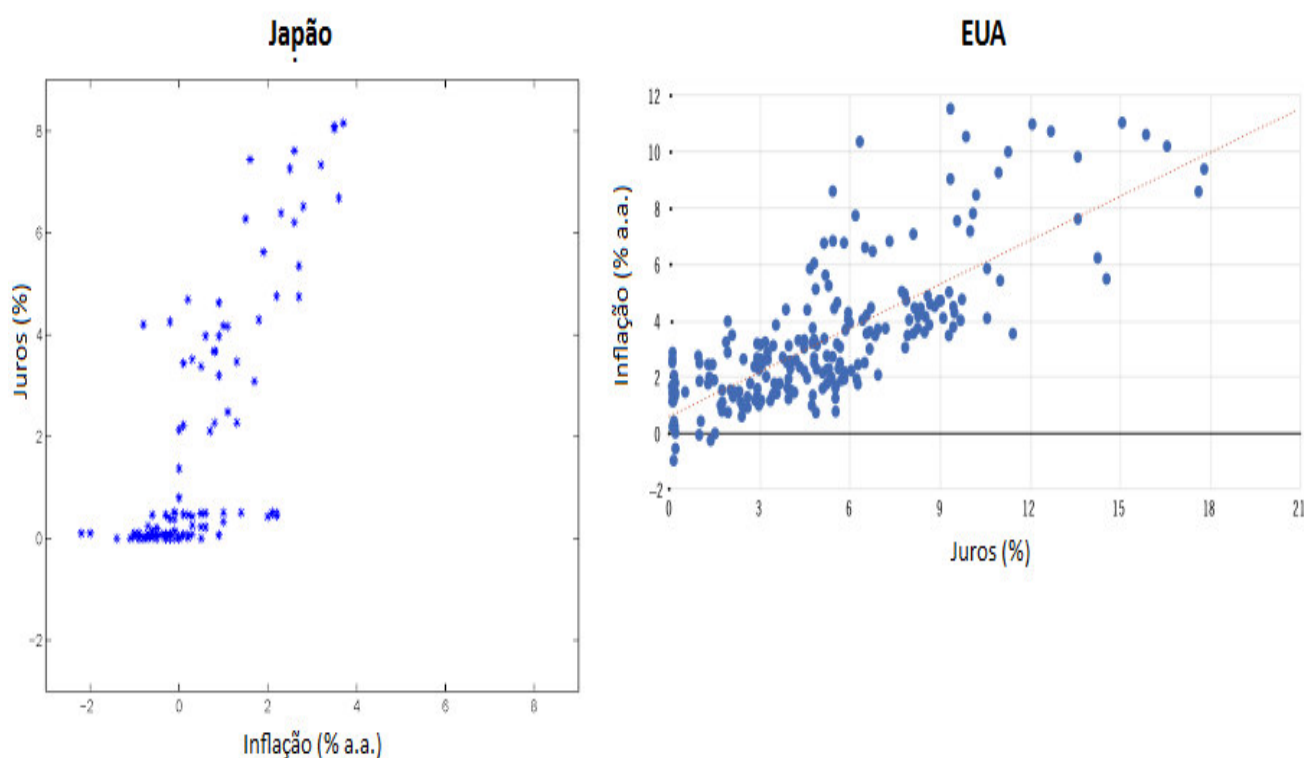
O segundo ponto, relacionado à estabilidade do equilíbrio, viola o chamado processo cumulativo de Wicksell⁷. Imagine a situação em que o Banco Central fixe uma taxa (nominal) de juros abaixo da taxa natural (a chamada taxa real de equilíbrio que, vale lembrar, é uma quantidade desconhecida). Isso significa expansão monetária que, eventualmente, produzirá inflação. A materialização da inflação impacta a formação das expectativas de inflação (nem que seja temporariamente) e pressiona o Banco Central a agir, ou seja, pressiona a taxa de juros, através da própria equação de Fisher. A manutenção da taxa nominal fixa (“peg” de juros) torna a postura cada vez mais expansionista, impactando cada vez mais a inflação. Eventualmente, a política se torna insustentável e o Banco Central é obrigado a abandoná-la. Ou seja, em uma situação fora do equilíbrio (como, por exemplo, fixando a taxa nominal acima/abaixo da natural), o processo de ajustamento para o equilíbrio não converge, a não ser que a política seja abandonada.

A menos que o regime monetário seja capaz de produzir estabilidade em expectativas, ele não é estável. Não há nenhuma razão para supor que um regime novo, que inverte toda a concepção sobre a relação entre as principais variáveis e o comportamento da autoridade monetária, seja capaz de produzir uma coordenação de expectativas como descrito anteriormente. O arcabouço neofisheriano parece ser muito mais uma tentativa de racionalizar o comportamento recente de juros e inflação nos países avançados do que uma recomendação de política econômica.

As evidências

Stephen Williamson partiu do gráfico abaixo para argumentar a favor do resultado neofisheriano. Segundo ele, a clara relação contemporânea entre inflação e taxa nominal de juros indica que a concepção neofisheriana se materializa na prática.

Gráfico 1: Inflação e Juros Nominais



Fonte: Stephen Williamson

⁷ Ver o artigo de Rajiv Sethi nas referências, que recupera o argumento apresentado por Peter Howitt em um conhecido artigo de 1992.

Em agosto de 2003, Milton Friedman escreveu no Wall Street Journal um artigo muito interessante sobre o funcionamento da política monetária, chamando atenção para o que depois ficou conhecido como o “termostato de Friedman”. A ideia, simples e importante, mostra por que o gráfico acima não prova nem desprova qualquer teoria.

A analogia utilizada por Friedman é que, se uma casa tem um bom termostato, então deveríamos ver uma correlação negativa entre quantidade de combustível queimada para se manter a temperatura e a temperatura externa. No entanto, não deveríamos observar correlação alguma nem entre a quantidade de combustível queimada e a temperatura interna, nem entre as temperaturas externa e interna. Ocorre que, durante o inverno, por exemplo, a baixa temperatura externa faz com que a temperatura interna tenda também a ser mais baixa (tudo o mais constante), e você tenha que mexer no termostato mais frequentemente para tentar manter a temperatura interna estável. Um observador desavisado que nunca tenha visto um termostato, pode achar que elevar o termostato esfria a temperatura interna da casa.

Daí, quando chega o verão, ele aumenta o termostato certo de que isso resfriará a casa, sem notar que a temperatura externa influenciava os resultados que ele apurou no inverno.

No caso dos gráficos anteriores, a lógica é similar, e há teorias distintas para explicar a correlação aparente, que as torna observacionalmente equivalentes. É muito difícil inferir um sinal a partir de correlações parciais, já que muitas dessas correlações são produzidas quando um agente (o Banco Central, por exemplo) responde a um dado observado alterando alguma variável que esteja sob seu controle, de forma a controlar uma terceira coisa.

Williamson, por exemplo, acredita que a desinflação nos EUA promovida por Paul Volker nos anos 70, quando a taxa de juros foi elevada de 11% para 20%, é um bom suporte para o arcabouço neofisheriano. Seu raciocínio é que, após atingir 20%, a taxa básica foi drasticamente reduzida para um patamar um pouco inferior à inicial, trazendo com ela a inflação, que caiu de 12% para 5%. (abstraindo-se, claro, do fato de que a economia murçou e o desemprego ultrapassou os 10% e, portanto, da possibilidade de ter-se produzido um remédio amargo para a atividade justamente para conferir credibilidade ao Banco Central e coordenar as expectativas para um equilíbrio de inflação mais baixa, graças à certeza de que o Banco Central reagiria fortemente à inflação dali em diante).

A história e a prática corrente também trazem bons contra exemplos para o arcabouço neofisheriano. Dentre os exemplos históricos do (não) funcionamento da política de fixação do juro nominal (*interest rate peg*), a economia norteamericana à época da guerra da Coreia é frequentemente lembrada. Entre abril e março de 1942 (1951), o Banco Central americano fixou a taxa de juros em 0,375%⁸ para ajudar o governo financiar a guerra. O resultado pode ser visto abaixo. Em 1951 a inflação ao consumidor já atingia 20% e, naquele ano, foi assinado o acordo que conferia ao Fed sua independência. A política teve de ser abandonada no meio do caminho.

⁸T-bills em 0,375% e os juros dos títulos de longo prazo em 2,5%.

Gráfico 2a: Preços ao Consumidor (Índice, 1982-84=100) e Taxa de Juros de Curto Prazo (%) - 1942 a 1947

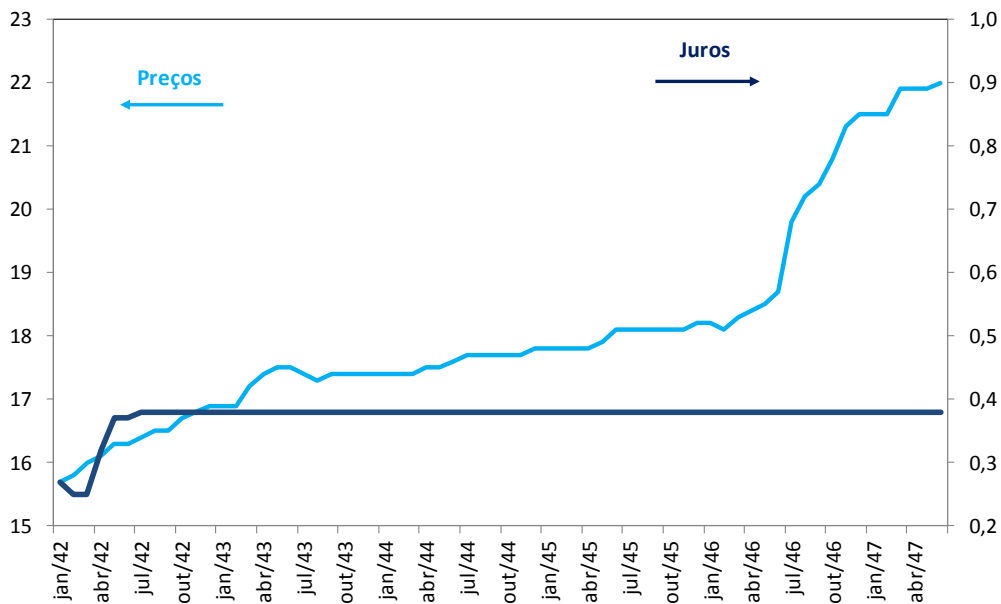
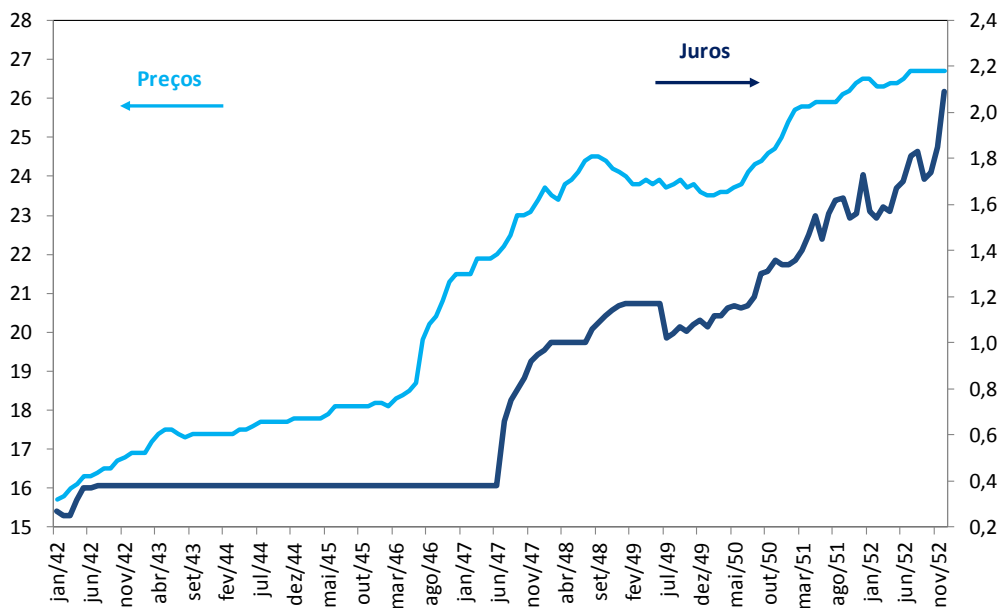


Gráfico 2b: Preços ao Consumidor (Índice, 1982-84=100) e Taxa de Juros de Curto Prazo (%) - 1942 a 1952



Fonte: FRED e Beckwith (2014)

Além disso, há os exemplos recentes de países como Canadá, Austrália, etc, onde a política de metas de inflação funciona bem, produzindo inflação estável ao redor da meta há décadas explorando a relação inversa entre taxa de juros e (desvios da) inflação. Se a relação entre essas variáveis vai no sentido preconizado pela hipótese neofisheriana, então há de se explicar por que razão a prática oposta tem funcionado nesses países.

Olhar para a situação dos Estados Unidos nos últimos anos como suporte à teoria também carece de robustez, até porque, o Fed manteve a taxa de juros próxima a zero por mais de seis anos, mas, nesse interim, passou a divulgar suas previsões de juros para o ano corrente e subsequentes. Essas previsões jamais indicaram que a política de juros zero era permanente, muito pelo contrário. Além disso, os preços de mercado tampouco se comportaram de forma a refletir que a taxa de juros fosse se manter nula no longo prazo. Logo, as condições para o funcionamento do mecanismo neofisherianista de explicação jamais estiveram presentes.

O arroz com feijão e o Brasil

No Brasil, a ideia principal contida no modelo neofisheriano foi misturada em um debate com diversas questões. O argumento neofisheriano diz que é possível atingir uma inflação mais baixa através da redução da taxa nominal de juros. Não se pode entender essa afirmação, ainda sem qualquer suporte empírico e em fase gestatória na academia americana, como sendo uma explicação plausível para a convivência de juros altos e inflação alta no Brasil. Tampouco pode ser usado para convencer os agentes de que é possível implementar uma política que dê conta desses dois problemas de uma vez só.

Curiosamente, o próprio Cochrane foi questionado por um leitor entusiasmado recentemente. Segundo ele, havia um debate intenso se a receita neofisheriana poderia ser aplicada em seu país, no caso, um país emergente, com alta inflação e altas taxas nominais de juros, mas com juros reais ligeiramente negativos. A resposta de Cochrane foi bastante ilustrativa. Disse que ficava muito “desconfortável” com perguntas dessa natureza, e que a recomendação de política não era tão simples como suba juros para elevar a inflação, corte juros para derrubá-la.⁹

Cochrane respondeu o (que deveria ser) óbvio. Em geral, esses países têm desequilíbrios subjacentes, em particular, de natureza fiscal, que tornam muito difícil o funcionamento do mecanismo proposto. Além disso, o arcabouço neofisherianista depende de modo crucial da hipótese de *perfect foresight* e credibilidade absoluta quanto a capacidade do Banco Central implementar a política e mantê-la no longo prazo (e resistir às pressões frente aos choques de curto). É quase que impossível acreditar que isso possa ter sucesso na prática, muito menos em um mercado emergente.

A lógica que tem sido frequentemente empregada é a de que o Brasil é um dos países que mais gasta com pagamentos de juros no mundo, dinheiro que poderia estar sendo utilizado de maneira mais produtiva ou em causa mais nobres. O corolário, no entanto, não é simplesmente reduzir a taxa de juros – e com ela a inflação de longo prazo.

Se o resultado em termos de nível de inflação e taxa de juros obtidos pelo Brasil ainda não é satisfatório, talvez as decisões de política econômica tenham mais a responder por isso do que o arcabouço do sistema de metas. Os juros altos são um sintoma.

A esmagadora maioria dos programas bem sucedidos de desinflação vieram acoplados de reformas fiscais estruturais para ancorar as expectativas e dar credibilidade ao ajuste. O Brasil jamais logrou em completar o seu ajuste, optando sempre pelo aumento da carga tributária e gastando sempre um passo a frente da expansão das receitas. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a adoção da meta de superávit primário foi uma forma de estancar a sangria depois da flutuação da taxa de câmbio e das crises dos países emergentes à época.

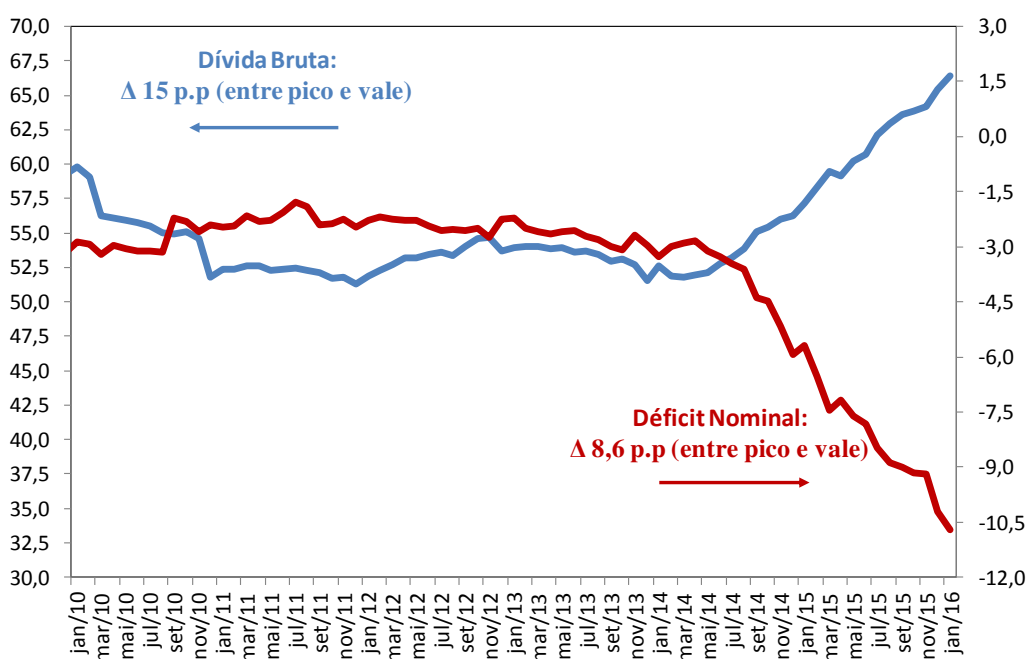
O descontrole fiscal brasileiro não é exatamente uma novidade. Em 1986, Thomas Sargent, que viria a ser prêmio Nobel de economia em 2011, escreveu uma carta intitulada “Carta aberta ao Ministro da Fazenda”, onde discorria sobre a necessidade do Brasil implementar um rigoroso ajuste fiscal, caso desejasse debelar de uma vez por todas o processo inflacionário em curso. O quadro de insustentabilidade fiscal no

⁹James Bullard, Presidente do Fed de St Louis, fez uma palestra sobre a teoria Neofisheriana em agosto de 2015. Embora seja simpático à teoria, o slide que abre a palestra de Bullard ressalta que “relações diretas entre esse tópico e a política monetária corrente são limitadas” (embora ache que seja uma preocupação teórica válida para se pensar no longo prazo).

longo prazo preclude qualquer ajuste maior de maneira sustentável do lado monetário. O Brasil viveu e vive isso. Um país que tem hoje sua dívida pública em trajetória de insustentabilidade, déficit primário, déficit nominal que há pouco beirava os 11% do PIB – e que não cresce de maneira sustentável há anos – não pode se dar ao luxo de acreditar que possa ser frutífera a implementação da estratégia neofisheriana.

O Banco Central brasileiro está no fim de uma estratégia extremamente custosa, mas absolutamente necessária, de resgate de credibilidade. Quais seriam as implicações não apenas em termos de inflação, mas também de atividade, investimento externo, dentre outros, de uma mudança para um regime monetário que jamais foi testado, nem em países avançados, e que, adicionalmente, inverte integralmente o que se supõe ser a relação entre juros e inflação? Nenhum dos pré requisitos para o funcionamento do mecanismo neofisheriano está presente na economia brasileira.

Gráfico 3: Déficit Nominal e Dívida Bruta - Brasil (%PIB)



Fonte: BCB

É preciso atacar as causas do desequilíbrio macroeconômico brasileiro responsáveis pelo quadro. Nesse quesito, a raiz do problema é conhecida há décadas, e hoje já há certo consenso sobre a agenda necessária para que o Brasil volte a ser um país “normal”. As causas principais dos juros altos no país são conhecidas: alto nível de endividamento, baixa poupança, desarranjo fiscal, segmentação do mercado de crédito, indexação de contratos, etc. Aliás, a baixa sensibilidade relativa da inflação brasileira à taxa de juros também não é propriamente um mistério quando se leva em conta a fatia do crédito abocanhada pelo setor público e o tamanho que o crédito direcionado ocupa no total. Restringe-se o espaço de atuação do Banco Central através desse canal e, portanto, o aperto monetário requerido por um choque inflacionário torna-se ainda maior.

Por fim, o coração do arcabouço neofisheriano não questiona o modelo ortodoxo vigente que, de certo, exhibe uma série de problemas para os quais ainda não se têm respostas satisfatórias. Ele “apenas” propõe que se jogue fora a compreensão central do mecanismo de funcionamento da economia, estabelecido há mais um século.

Não se trata, por exemplo, de utilizar uma versão menos restritiva da hipótese de expectativas racionais, de encontrar substitutos empiricamente mais robustos para quantidades teóricas como a taxa de juros real

de equilíbrio (taxa natural) e o produto potencial, de refinar os modelos existentes de forma a produzir resultados com maior aderência aos dados. Tampouco fornece respostas às principais perguntas lançadas à ortodoxia dos Bancos Centrais pela crise recente, como o por que da taxa de inflação não ter caído muito como seria previsto pelos modelos dado o tamanho do desemprego produzido pela crise. Não ajuda a refinar a teoria ou a prática, por exemplo, de como identificar empiricamente os principais efeitos da política monetária sobre a economia, já que o Banco Central utiliza um mesmo instrumento (taxa de juros) para induzir mudanças na economia e para reagir às mudanças nas variáveis em seu conjunto de informação.¹⁰

Deidree McCloskey tem uma frase excelente sobre ciência (e argumentos acadêmicos em geral). Bons trabalhos são aqueles que, mesmo quando têm falhas, são frutíferos, pois nos levam a pensar melhor. Não parece ser, pelo menos nesse estágio, o caso da teoria Neofisheriana. Muito menos quando transplantada ao caso do Brasil. Por aqui, aliás, mais arroz com feijão, por favor.

Referências

Silvia Miranda-Agrippino. *“The surprise in monetary surprises: a tale of two shocks”*, Bank Underground, Bank of England, 06/02/2017.

James Bullard. *“Neo-Fisherianism”*, Expectations in Dynamic Macroeconomic Models Conference, agosto/2015.

John Cochrane. *“What if we got the sign wrong on monetary policy?”*, 19/12/2013.

John Cochrane. *“The Neo-Fisherian Question”*, 06/11/2014.

John Cochrane. *“Neo-Fisherian Caveats”*, 31/03/2016.

John Cochrane. *“Michelson-Morley, Occam and Fisher: The Radical Implications of Stable Inflation at Near-Zero Interest Rates”*, Chicago Booth working paper, dezembro/2016.

Milton Friedman. *“The Fed's Thermostat”*, The Wall Street Journal, 19/08/2003.

David Glasner. *“Neo-Fisherianism and All That”*, 24/07/2015.

Narayana Kocherlakota. *“Inside the FOMC”*, Federal Reserve Bank of Minneapolis, President's speeches, agosto/2010.

Narayana Kocherlakota. *“Neo-Fisherianism: A Hopefully Helpful Analogy”*, Rochester, novembro/2016.

Eduardo Loyo. *“Neofisherianismo: vai entender”*, Valor Econômico, 03/02/2017.

André Lara Rezende. *“Juros e Conservadorismo Intelectual”*, Valor Econômico, 13/01/2017.

Amano, R., Carter, T. J. e Rhys R. Mendes. *“A Primer on Neo-Fisherian Economics”*, Bank of Canada, Staff Analytical Note nº 14, setembro/2016.

Evans, G. W. e Bruce McGough. *“The Neo-Fisherian View and the Macro Learning Approach”*, Economics Department, University of Oregon, 30/12/2016.

Nicholas Rowe. *“Why inflation will not fall off a bottomless cliff”*, 28/11/2013.

Nicholas Rowe. *“Neo-Fisherites and the Scandinavian Flick”*, 05/11/2014.

Nicholas Rowe. *“Understanding Schmidt and Woodford on Neo-Fisherianism”*, 15/07/2015.

¹⁰Ver Miranda-Agrippino (2017).

Nicholas Rowe. *"Boy Racers in Neo-Fisherian Equilibrium with Upper and Lower Bounds"*, 18/01/2016.

Nicholas Rowe. *"Neo-Fisherian Microfoundations, with Non-binding Price Ceiling and Floor"*, 14/04/2016.

Nicholas Rowe. *"Why are (almost all) economists unaware of Milton Friedman's Thermostat?"*, 27/07/2016.

Nicholas Rowe. *"John Cochrane On Neo-Fisherianism, again"*, 14/12/2016.

Noah Smith. *"The Neo-Fisherite Rebellion"*, 23/04/2014.

Rajiv Sethi. *"Lessons from the Kocherlakota Controversy"*, 28/08/2010.

Stephen Williamson. *"Neo-Fisherism: A Radical Idea, or the Most Obvious Solution to the Low Inflation Problem?"* The Regional Economist, St. Louis Fed, julho/2016.

Stephen Williamson. *"Liquidity Premia and the Monetary Policy Trap"*, 27/11/2013.

Garcia-Schmidt, M. and M. Woodford. *"Are Low Interest Rates Deflationary? A Paradox of Perfect-Foresight Analysis"*, NBER Working Paper nº 21614, outubro/2015.

(*) **Patricia Stefani** Mestre em Economia pela Universitat Pompeu Fabra e em Estatística pela Columbia University. Contato: patricia.stefani@gmail.com



EMPREENDEDOR

(*) **Paulo Hirai**

Empreendedor é alguém que ousa conduzir seu próprio negócio com todos os riscos associados ao mesmo. É a pessoa que busca obter lucro conduzindo seu próprio negócio.

A motivação básica do empreendedor é a obtenção de lucro, vantagem para si próprio, ou a satisfação de suas necessidades ou desejos.

Quando sujeito às leis de mercado, pode-se verificar que, no processo de obter a sua satisfação, o empreendedor acaba por ajudar ao seu semelhante. Quando o empreendedor vai atrás de uma oportunidade de mercado, o seu êxito é a obtenção do lucro e também a satisfação de um conjunto de pessoas que passam a comprar seu produto ou serviço. Não há lucro sem clientes. Com esses bens ou serviços, essas pessoas satisfarão suas necessidades ou desejos conhecidos ou latentes que antes não estavam sendo adequadamente satisfeitas.

O lucro obtido em um empreendimento de sucesso é normalmente utilizado na ampliação da empresa para aumentar a oferta dos produtos ou serviços à sociedade. Claro que a motivação básica do empreendedor é a mesma: ganhar mais para si, e o investimento é apenas um meio para conseguir seu intento. E mais clientes satisfarão suas necessidades e desejos.

Dirigentes de empresas ou empregados executam ações similares às do empreendedor, mas o fazem com objetivos e motivações distintos. Enquanto empreendedores assumem o risco de seus empreendimentos, aqueles estão a serviço do empreendimento, porém sem participar de seu risco. Participar dos bons resultados é muito distinto de sofrer perdas quando os negócios vão mal.

Existem bons e maus empreendedores.

O bom empreendedor é aquele capaz de lutar por suas ideias, aquele que enfrenta o desconhecido para obter uma situação futura melhor que a presente. Quando o empreendedor vislumbra uma oportunidade de negócios, cria e desenvolve a sua empresa, ele o faz em geral com insuficientes informações do mercado e dos concorrentes. O sucesso é na maioria das vezes um evento casual. Na verdade, a maioria dos novos negócios falha logo no início.

Diversos fatores contribuem para isso, mas o importante é que um fracasso representa lições de vida para o bom empresário, tal que em sua próxima tentativa estará possivelmente mais próximo do sucesso. O sucesso ou o fracasso econômico momentâneo não deve ser o principal fator de avaliação.

O mal empreendedor é aquele que não tem a fibra ou a determinação necessária para lutar para melhorar sua própria situação. Inteligência, conhecimentos e habilidades pessoais são fatores que contribuem para o sucesso, embora não sejam fundamentais para o empreendedor.

Uma análise mais profunda mostra que na realidade um bom empreendedor é alguém movido pelo desejo de realizar coisas, sendo que em muitos casos nem se importa em usufruir dos benefícios econômicos advindos de sua atividade. Essa talvez seja a característica essencial do empreendedor e que mais o distingue das demais pessoas.

Esse é o espírito empreendedor.

Dirigentes de empresas ou empregados com o espírito empreendedor podem também ser chamados de empreendedores. Embora os objetivos que perseguem sejam definidos por terceiros, fazem seus esses objetivos e usam todo o seu talento e vontade para atingi-los.

O empreendedor é um elemento chave no processo de satisfação das necessidades de uma sociedade.

Por estar livre dos condicionamentos muitas vezes presentes em uma empresa, ou por ser insensível aos mesmos, pode exercer plenamente a sua criatividade e oferecer novos produtos ou serviços, ou ainda encontrar formas mais criativas de produzir os bens já ofertados no mercado.

Pessoas com espírito empreendedor são o elemento de renovação da sociedade, das empresas, dos produtos e dos serviços.

A maioria dos empreendimentos resulta em fracasso. Não há uma fórmula mágica para se assegurar o êxito do empreendimento. O juiz é sempre o mercado, e não o empreendedor ou os seus patronos.

Parece um desperdício tantas tentativas fracassadas para os poucos sucessos nos empreendimentos, mas a sociedade se beneficia de tal forma com os sucessos que os fracassos parecem ser um preço a pagar. O fracasso do empreendimento destrói a empresa, mas não necessariamente o empreendedor.

O espírito empreendedor deve ser incentivado na sociedade como forma de desenvolvê-la continuamente, seja através de novos negócios ou através de uma melhor gestão das empresas e negócios já existentes.

É necessário desenvolver formas de gestão das empresas para assegurar a liberdade de empreender e também de evitar que empreendimentos malsucedidos, em uma parte da empresa, venham a comprometer a saúde da empresa como um todo.

Do ponto de vista da sociedade, é necessário incentivar o surgimento e o crescimento dos

empreendedores. Uma sociedade pluralista como a Norte Americana tem uma enorme geração de novos negócios e que são apoiados pelo “Venture Capital”, ao passo que uma sociedade uniforme como a Japonesa tem, guardadas as proporções, mais dificuldades de criar novos negócios com a mesma eficiência. Uma sociedade uniforme tende a discriminar os “diferentes”, e certamente os empreendedores se encaixam nessa categoria, punindo aqueles que ousem ter idéias diferentes das convencionais que vigem em um dado momento naquela sociedade, mesmo que possam representar um avanço para a mesma. Os líderes sociais deveriam se preocupar em gerar condições para o surgimento e o desenvolvimento dos empreendedores.

(*) **Paulo Hirai** é presidente da Associação Hida - AOTS do Brasil.



ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS IMIGRANTES

(*) **Milton M. Osaki**

1. Introdução

A imigração japonesa no Brasil teve início com a chegada do navio Kasato Maru em Santos em 18 de junho de 1908. Do porto de Kobe a embarcação trouxe, numa viagem de 52 dias, os primeiros 781 imigrantes vinculados ao acordo estabelecido entre Brasil e Japão. Os primeiros imigrantes japoneses foram distribuídos em seis fazendas paulistas de café. Em 28 de junho de 1910 chegou a segunda leva de imigrantes com 906 trabalhadores.

Inicialmente, os imigrantes japoneses vieram como trabalhadores contratados para as plantações de café no Estado de São Paulo. Após 3 anos da chegada dos primeiros imigrantes, em 1911, através do Projeto de Colonização Monções ocorre a primeira passagem dos imigrantes japoneses de contratados para proprietários de terra. Cinco famílias japonesas adquiriram lotes junto à estação Cerqueira César da Estrada de Ferro Sorocabana. No mês de março de 1912 ocorreu processo de assentamento de famílias de imigrantes japoneses em terras doadas pelo governo paulista na região de Iguape.

Em 1914 o número de trabalhadores japoneses no Estado de São Paulo atingia cerca de 10 mil pessoas. Em 1932, estimativa do Consulado Geral do Japão em São Paulo mostrou que os imigrantes japoneses e descendentes eram 132.689 pessoas concentradas sobretudo na região da ferrovia Noroeste. A agricultura ainda era a principal atividade laboral para 90% desta população.

Após meio século da chegada do Kasato Maru, em 1958, o número de japoneses e seus descendentes foi estimado em 404.630 pessoas.

Em 1988, no 80º Aniversário da Imigração, o Censo Demográfico da Comunidade estimou que o número de nikkeis (termo usado para denominar os japoneses e seus descendentes) no país era de 1.228.000 pessoas. Atualmente, o Brasil abriga cerca de 1,5 milhão de nikkeis.

O início da vida no Brasil foi um duro período de adaptação para os imigrantes japoneses. Um grupo vindo no Kasato Maru, contratado pela Companhia Agrícola Fazenda Dumont, não permaneceu ali por mais de dois meses. As outras fazendas contratantes também foram sendo gradativamente abandonadas por

outros grupos de imigrantes. Em setembro de 1909, dos 781 imigrantes vindos no Kasato Maru restavam apenas 191 imigrantes nas fazendas que os contrataram.

Um dos problemas mais graves que os primeiros imigrantes japoneses enfrentaram, após a sua chegada ao Brasil, era a dificuldade de assistência médica e sanitária. Eles se depararam com doenças incomuns no Japão como a malária, febre amarela e outras doenças tropicais.

Encontraram ainda no meio rural clima e condições de trabalho difíceis. O desmatamento, processo necessário para o início das atividades de agricultura exigia grande esforço. Além das condições e ambiente de trabalho desfavoráveis os imigrantes encontravam grande dificuldade de comunicação pela diferença de língua.

2. Principais Instituições de Saúde

2.1 Dojinkai – Hospital Santa Cruz

Sensibilizado pelo drama dos primeiros imigrantes com a deficiência de assistência médica e sanitária, o Consulado Geral do Japão em São Paulo criou em 1926 a Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil, o Dojinkai. Essa entidade tinha como missão a divulgação de orientações de saúde através de publicações. Para tanto, editou folhetos sobre puericultura, tratamento prático de doenças pediátricas, esclarecimentos sobre animais peçonhentos, higiene geral e orientação para doenças como o tracoma, febre tifoide e malária.

Uma providencial e importante cooperação foi estabelecida entre o Dojinkai e o Instituto Butantã no final da década dos anos 20. Este acordo envolvia a captura e envio pelos agricultores de cobras, aranhas e escorpiões para em troca receberem soro antiofídico e vacinas contra tifo e varíola. O Dojinkai tinha ainda como missão a instalação de postos avançados para assistência social e de saúde pelo interior, sobretudo do Estado de São Paulo.

A percepção da necessidade de atendimento médico-hospitalar fez com que, em 1931, o então cônsul do Japão em São Paulo, Iwataro Uchiyama, criasse a Associação Médica Japonesa. Esta entidade, sensibilizada pelas dificuldades encontradas pelos imigrantes japoneses, iniciou campanha para construção de um hospital, nascendo assim a Associação Pró-Construção do Hospital Japonês. Em paralelo, o Dojinkai continuava suas atividades, instalando postos de saúde em Bauru e Lins em 1930 e em Presidente Prudente e Santos em 1932.

Em 18 de junho de 1933, após 25 anos da chegada dos primeiros imigrantes, foi lançada a pedra fundamental para a construção do atual prédio do Hospital Santa Cruz na Vila Mariana. É dessa época a mudança da denominação do Dojinkai para Sociedade de Beneficência Santa Cruz. Em 1934, a campanha de construção do hospital japonês ganha novo fôlego, com a doação de 500 mil ienes pelo imperador Hirohito, realizada no dia de seu aniversário, 29 de abril. Ainda em 1934, o governo japonês assume a doação de 900 mil ienes, quantia que foi dividida em três parcelas anuais.

Em 1936, a Sociedade de Beneficência Santa Cruz inaugura o sanatório para tuberculose em Campos de Jordão, posteriormente recebendo o nome de Sanatório São Francisco Xavier. Esta obra foi considerada de grande vulto para as condições da época.



Foto: Sanatório São Francisco Xavier, Campos de Jordão.

No dia 29 de abril de 1939, inaugurou-se o Hospital Santa Cruz com 10 mil metros quadrados de área construída, 76 quartos e 200 leitos. O edifício era composto de cinco andares e um subsolo. O projeto foi do médico Resende Puech, considerado profundo conhecedor de arquitetura hospitalar.

O Hospital Santa Cruz passou a ser conhecido como “hospital japonês”. Pelas instalações diferenciadas e modernas e enfermagem de qualidade, conseguiu atrair a elite dos médicos da época. Atuaram no Hospital Santa Cruz expoentes como os professores Benedito Montenegro, Alípio Corrêa Neto, José Maria de Freitas, Henrique Mélega, Antônio Prudente, Euryclides de Jesus Zerbini, Anísio Costa Toledo. Pelo lado nikkei destacavam-se os médicos Shizuo Hosoe, Yoshinobu Takeda e Sentaro Takaoka.

O início da II Grande Guerra em dezembro de 1941 fez o Brasil romper relações diplomáticas com o Japão. Uma das consequências foi o Hospital Santa Cruz ser colocado sob controle do governo federal, sendo nomeado o interventor o Dr. José Maria de Freitas.

Apesar da intervenção, médicos como o Dr. Yoshinobu Takeda continuaram a realizar procedimentos cirúrgicos e a atender os imigrantes japoneses. A intervenção federal durou até 1945. Apesar do seu término a comunidade nipo-brasileira não participou da sua gestão até 1989.

Em 1989, decorrentes do movimento cívico deflagrado por entidades nikkeis e da compreensão do governo federal, principalmente do presidente José Sarney, dos ministros da Saúde Seigo Tsuzuki e da Justiça Saulo Ramos, a direção do hospital retornou à comunidade nipo-brasileira através de um acordo político, com a efetivação de uma administração compartilhada. Em 1990 a entidade passou a denominar-se Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz.

Com a direção compartilhada o Hospital Santa Cruz apresentou forte crescimento retornando ao protagonismo dentre os hospitais de destaque na cidade de São Paulo. Graças às contribuições dos governo brasileiro (federal, estadual e municipal) e japonês, das empresas e da comunidade nipo-brasileira, complementadas com os esforços desenvolvidos pela própria Instituição, conseguiu-se realizar a reforma geral do seu conjunto hospitalar, obter equipamentos atualizados e melhorar a qualidade dos atendimentos para atingir patamar tecnológico e assistencial de destaque.



Fachada do Hospital Santa Cruz – São Paulo (SP)

2.2 Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo (Enkyo) e Hospital São Miguel Arcanjo

Fundada em 28 de janeiro de 1959, a Associação de Assistência aos Imigrantes Japoneses, teve como missão inicial auxiliar os imigrantes japoneses do pós-guerra. Em 1960, a entidade ampliou os trabalhos oferecendo, além de assistência social, apoio médico através de consultório médico em São Paulo e assistência volante denominada Junkai. Em 1972, a Associação de Assistência aos Imigrantes Japoneses passa a denominar-se Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo-Enkyo.

Na década de 1970, a comunidade nikkei não contava efetivamente com um hospital que pudesse ser chamado de comunitário. O Hospital Santa Cruz, inaugurado em 1939, havia sofrido intervenção do governo federal devido a eclosão da II Grande Guerra e mesmo após a retirada da intervenção a comunidade nikkei não participava de sua direção.

As lideranças da comunidade nipo-brasileira da época, atendendo pleitos, movimentavam-se para retomar a ideia de um hospital da comunidade. Em 1983, o Sr. Tadashi Takenaka, industrial e líder comunitário foi eleito presidente da comissão Pró-Construção do Hospital Nipo-Brasileiro.

A campanha para a construção do novo hospital logo contou com importante apoio. O governo Japonês através da JAMIC-órgão do governo doou terreno no bairro do Parque Novo Mundo para a construção do hospital.

Após 5 anos do início dos trabalhos da comissão Pró-Construção do Hospital Nipo-Brasileiro, em 18 de junho de 1988 foi inaugurado o novo hospital como um dos eventos comemorativos pelos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Inicialmente com 30 leitos, o Hospital Nipo-Brasileiro conta atualmente com 220 leitos e destaca-se como centro de referência em procedimentos minimamente invasivos. Possui moderna estrutura de atendimento integrado, dividida em apartamentos e enfermarias. Seus setores de cuidados intensivos (UTI Geral, UTI Neonatal e UTI Coronariana) são referências.

No dia 10 de agosto de 2013, o Enkyo inaugurou o **Hospital São Miguel Arcanjo**, localizado no município de São Miguel Arcanjo, a cerca de 200km de São Paulo. O novo hospital conta com 40 leitos, 3 salas de cirurgia e suporte de equipamentos de Raio-X e Ultrassonografia e atende procedimentos de média e baixa complexidade, nas especialidades de clínica médica, clínica cirúrgica, pediatria, ginecologia e obstetrícia.

Além dos hospitais citados, o Enkyo também desenvolve importante trabalho de assistência social a idosos mantendo as entidades Casa de Repouso - Santos Kosei Home; Recanto de Repouso Sakura Home; Casa de Repouso Akebono; Yassuragui Home; Centro de Ação Social Enkyo - Unidade Amami. O Pipa-Projeto de Integração Pró-Autista cuida de doentes autistas.

O Enkyo tornou-se referência pelo seu trabalho, não apenas na comunidade nipo-brasileira, possuindo reconhecimento pela sociedade brasileira pela qualidade dos serviços prestados.



Fachada do Hospital Nipo-Brasileiro-São Paulo (SP)

2.3 Associação de Assistência Mútua à Saúde SBC - Hospital SBC

As cooperativas começaram a surgir nos diferentes agrupamentos de imigrantes japoneses a partir do final das décadas de 20 e início dos anos 30 graças ao estímulo e subsídios que o Consulado Geral do Japão em São Paulo passou a oferecer para estruturação em moldes japoneses. Em 11 de dezembro de 1927, foi criada em Cotia a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia S/A, denominação posteriormente alterada para Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). A CAC iniciou com 83 membros e em 1937 já contava com 1.303 cooperados tornando-se logo a maior cooperativa agrícola do Brasil. Em 1952, ultrapassava a marca de 5 mil cooperados e expandia-se para os estados vizinhos.

Para assistir seus cooperados e colaboradores, a Cooperativa Agrícola de Cotia implantou nos anos 30 um ambulatório médico no bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo. A evolução e o crescimento dos atendimentos médicos fizeram surgir na década de 60 a SBC–Sociedade Beneficente Coopercotia. Ela contava com a ajuda do FATES – Fundo de Assistência Técnica e Social da CAC. Este setor era responsável pela gestão da assistência médico-hospitalar aos cooperados.

Com o crescimento da demanda ampliou-se a estrutura física e operacional da SBC. O sucesso do modelo fortaleceu dentro da Sociedade Beneficente Coopercotia a ideia de Mutualidade Assistencial. A maturação deste ideal envolvia a futura construção de seu hospital próprio.

Com o desaparecimento da Cooperativa Agrícola de Cotia nos anos 90, a SBC–Sociedade Beneficente Coopercotia constituiu-se como empresa jurídica com o nome de Associação de Assistência Mútua à Saúde SBC. Em 1997, graças ao esforço e determinação dos associados da nova entidade, inaugurou-se uma estrutura hospitalar situada na Rua Blumenau, 320 – Vila Leopoldina/SP, com 3.500 metros quadrados de área construída, denominado Hospital SBC. O Hospital SBC conta hoje com 40 leitos para internações

clínicas e cirúrgicas, ambulatório com atendimento em 21 especialidades e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia.

Atualmente, a Associação de Assistência Mútua à Saúde SBC conta também com operadora de assistência à saúde-SBC SAÚDE LTDA, para prestar atendimento médico-hospitalar aos associados que se encontram espalhados por todo o país. Apesar de a operadora contar com uma rede hospitalar credenciada de renomados hospitais, significativo contingente de associados preferem os procedimentos do Hospital SBC, que atende cerca de 30% da demanda da operadora.

Credita-se esta preferência à assistência diferenciada, sobretudo aos pacientes nikkeis idosos que são atendidos em língua japonesa.



Fachada do Hospital SBC - São Paulo (SP)

2.4 Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia (BENAMA): Belém e Tomé-Açu

Em 1929, desembarcaram do navio Manila Maru, no porto de Belém, os primeiros imigrantes japoneses na Amazônia, composto por 43 famílias e nove solteiros. Este grupo seguiu para Tomé-Açu para cultivar pimenta-do-reino.

Fundada em 26 de janeiro de 1965, a Associação de Assistência aos Imigrantes Japoneses da Amazônia iniciou suas atividades com a missão de apoiar a saúde dos imigrantes japoneses radicados no Estado do Pará.

O crescimento populacional dos descendentes japoneses no Pará provocou a necessidade de contar com assistência hospitalar própria. Assim, em 1969, foi iniciada a construção da primeira ala do Hospital Amazônia em Belém, com a participação de recursos do governo japonês.

Em 1974, a Associação de Assistência aos Imigrantes Japoneses da Amazônia passa a ser denominada Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia (BENAMA). Ela mantém atualmente o Hospital Amazônia, em Belém (PA); o Hospital Amazônia de Quatro-Bocas na cidade do mesmo nome, no Município de Tomé-Açu (PA) e o Centro de Reabilitação Social em Ananindeua (PA).

O Hospital Amazônia foi construído com o apoio da comunidade nipo-brasileira do Pará e de entidades japonesas. A sua ampliação (segunda ala) concluída em 1979, contou com importante ajuda da instituição The Nippon Senpaku Foundation. A terceira e última ala do Hospital Amazônia teve início em 2001 e foi totalmente concluída em 2015. O Hospital Amazônia é constituído de dois andares de internação, com 23

leitos em cada andar, um andar de Unidade de Terapia Intensiva com 20 leitos, um andar de Centro Cirúrgico com 8 salas de cirurgia e um andar de Centro de Material e Esterilização, que contou com auxílio da Mitsubishi Corporation.

O Hospital Amazônia de Quatro-Bocas foi inaugurado em 1988 com colaboração da comunidade nipônica local e conta com 30 leitos. O Centro de Reabilitação Social é uma casa de repouso para idosos. Destaca-se pelo oferecimento de alimentação com balanceamento calórico da culinária japonesa.

A Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia presta ainda serviços de atendimento médico móvel (Assistência Médica Móvel), oferecidos às pessoas que residem em locais de difícil acesso aos serviços de saúde. Esse trabalho ocorre desde 1965, beneficiando moradores de vários municípios do Estado do Pará. Este serviço é desenvolvido em parceria com a JICA.

A BENAMA mantém ainda o Projeto Vida Ativa na Terceira Idade, que são atendimentos voltados aos idosos da comunidade, iniciada em 2009 pelo Departamento de Serviço Social. Neste projeto, foi criado um espaço que proporciona momentos de interação e reflexão sobre as mudanças que ocorrem na terceira idade em busca da melhoria de qualidade de vida dos idosos a partir do bem estar físico e emocional.



Fachada do Hospital Amazônia - Belém (PA)



Fachada do Hospital Amazônia de Quatro-Bocas

3. Comentários

No Brasil os idosos constituem há alguns anos o segmento da população que mais cresce. Entre 1991 e 2000 o número de habitantes com 60 (sessenta) anos ou mais aumentou duas vezes e meia (35%), comparativamente às outras faixas etárias (14%) – (IBGE, 1992, 2002). A população de nikkeis no Brasil estimada em 1.228.000 em 1988 passa também por idêntico fenômeno de envelhecimento e de aumento da expectativa de vida. Em 1969 a população nikkei no Brasil com mais de 60 anos era de 5,4%, contra 9,7% em 1988 e 23,2% em 2002. (IBGE, 1992, 2002) Neste contexto, é natural que ocorram aumentos na demanda de atendimento médico-hospitalar com predomínio cada vez mais acentuado a pacientes da terceira idade.

Percebe-se que as entidades nipo-brasileiras que surgiram para apoiar os imigrantes japoneses nas dificuldades iniciais, permanecem justificando o ideário da assistência ao imigrante japonês.

Inicialmente os esforços se voltaram para superar doenças infectocontagiosas e dificuldades de comunicação da língua. Atualmente a atenção se dirige para as necessidades da terceira idade. É claro que essas mudanças não ocorrem somente no atendimento da comunidade nikkei, elas são gerais. Hospitais, médicos e outros profissionais de saúde têm que acompanhar a evolução que acontece.

Importante destacar o auxílio de empresas e de entidades governamentais japonesas, como a JICA, que apoiando as instituições nipo-brasileiras, possibilitaram a viabilização desta assistência.

É importante ainda ressaltar que os atendimentos médico-hospitalares dessas instituições abrangem toda a comunidade brasileira. O percentual de pessoas da comunidade nikkei é relativamente pequeno, não chega a 15%.

Referências bibliográficas:

- Site – www.centenario2008.org – consulta em 12.10.2015
- Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (1.990), Pesquisa da população de descendentes japoneses residentes no Brasil (1987-1988)

- IZUMI, Patrícia Tamiko (2.012), “Envelhecimento dos imigrantes japoneses em São Paulo, Brasil”, in MACHADO, Fernando Luís (org), Revista Migrações – Número Temático Imigração e Envelhecimento Ativo, abril 2.012, nº 10.
- Site SBC – consulta em 1.1.2017
- <http://www.hospitalsantacruz.com.br/> - consulta em 4/4/2017
- <http://www.enkyo.org.br/> - consulta em 4/4/2017
- <http://www.hospitalnipo.org.br/> - consulta em 4/4/2017
- <http://www.portalnikkei.com.br/belem-pa-comunidade-nipo-brasileira-no-para-comemora-o-dia-da-imigracao-japonesa-na-amazonia-na-xxvi-semana-da-cultura-japonesa/> - consulta em 4/4/2017
- <http://www.portalnikkei.com.br/beneficencia-nipo-brasileira-da-amazonia-inauguracao-da-3a-ala-e-homenagens-marcam-os-50-anos-da-benama/> consulta em 4/4/2017

(*) **Dr. Milton Ozaki** é médico, administrador hospitalar e de sistemas de saúde, Diretor Tesoureiro da ABRAMPAS – Associação Médica Brasileira de Administração de Saúde e consultor da JICA.



Comissão de Relações Empresariais

Akihiro Ikeda - Presidente
 Isidoro Yamanaka – Vice Presidente
 Kazuo Watanabe – Vice Presidente
 Mitie Nagoshi Mantoku - Secretária
 Eiki Shimabukuro
 Harumi Arashiro Goya
 Henrique Shiguemi Nakagaki
 Paulo Hirai
 Pedro Paulo Cardoso de Melo
 Roberto Yoshihiro Nishio
 Toshiro Iwayama
 Tuyoci Ohara

Comitê de Redação: Kazuo Watanabe, Tuyoci Ohara e Mitie Nagoshi Mantoku
Revisor: Roberto Yoshihiro Nishio

Consultas, dúvidas e comentários

Encaminhar para: Mitie Nagoshi Mantoku - e-mail: comissao.empresarial@bunkyo.org.br

Nota: as opiniões emitidas nos artigos são exclusivas dos autores de textos.